

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



Se Museu é para Todos Porque é que eu não o Vejo?
– Pessoas Com Deficiência Visual nos Museus de
Arte Portugueses

Ana Rita Confraria Bento

Tese orientada pelo Prof.º Doutor Fernando Grilo,
especialmente elaborada para a obtenção do grau de
Mestre em Arte, Património e Teoria do Restauro

2019

Notas iniciais

1. A presente dissertação encontra-se escrita segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa datado de 13 de maio de 2009.
2. Todas as citações feitas de autores portugueses estarão conforme as regras de escrita portuguesa do tempo e edição da citação. E não estarão sujeitas ao Novo Acordo Ortográfico.
3. Citações feitas em línguas diferentes do português, não serão traduzidas ou adaptadas à língua nacional.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais e irmão, Alexandrina Bento, Jorge Bento e Tiago Bento, por todo o apoio e palavras de incentivo no decorrer desta etapa que dura desde 2013. Bem como aos restantes familiares que mesmo longe sempre me apoiaram nesta jornada.

É de salientar também todo o apoio do meu namorado Pedro Trindade e pais, Celeste Trindade e Tadeu Trindade, que pacientemente me ajudaram com as minhas dúvidas em relação ao tema escolhido para este projeto de mestrado.

Um especial agradecimento ao meu orientador Prof. Doutor. Fernando Grilo que ao longo destes cinco anos se demonstrou disponível e compreensivo, tendo sempre me apoiado e ajudado a chegar ao fim desta etapa muito importante para mim. Nunca desistiu deste projeto e orientou-me da melhor forma possível.

Agradeço aos serviços educativo do Museu Nacional do Azulejo, nomeadamente à Dra. Helena Montiel e à Dra. Dora Fernandes, e do Palácio Nacional da Ajuda, à Dra. Teresa Marecos e à Dra. Carla Teresa Silvestre Lopes Marecos, que abriram as portas das suas instituições a fim de serem os casos de estudo desta dissertação. Estas autorizaram-me a realizar várias visitas, e estiveram sempre disponíveis para responder as minhas questões, facultando informações dos vários projetos realizados e a decorrer nas respectivas instituições, focandos na acessibilidade das mesmas.

Gostaria, ainda, de expressar o meu agradecimento às instituições, nomeadamente a ACAPO, a ARP, o Museu Oriente e o INE, que apoiaram esta investigação, esclarecendo pacientemente todas as minhas questões e proporcionando experiências únicas e fundamentais para a elaboração da presente dissertação.

Por último um reconhecimento especial aos colegas e amigos que, direta ou indiretamente, trouxeram contribuições e souberam enriquecer o meu percurso.

Resumo

Questões como a Igualdade de Direitos, Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade para pessoas com deficiência são referidas desde 1948 – *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. No entanto, foi no ano de 2003 assinalado como o *Ano Europeu das Pessoas Com Deficiência*, que aconteceram os primeiros passos para uma Sociedade de Todos e para Todos, através da criação de um plano de ação europeu designado de *Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência*, que obrigava os países inseridos na comissão a melhorarem as políticas de integração económico-sociais das pessoas com deficiência (até 2010).

Em Portugal ocorreram algumas mudanças, nomeadamente na eliminação de barreiras arquitetónicas em espaços públicos – Museus – e na mobilidade nos transportes públicos. Todavia, o foco principal dessas foram as pessoas com mobilidade reduzida, excluindo assim as restantes deficiências existentes. No que respeita à acessibilidade de pessoas com deficiência visual, sobretudo no campo cultural, ainda há um longo percurso a percorrer, aspecto que motivou o tema da presente dissertação.

Posto isto, a dissertação será dividida em duas partes. Na primeira pretende-se defenir o conceito de deficiência e de deficiência visual, em paralelo com a interpretação do panorama legal, nacional e internacional, sobre a acessibilidade sociocultural. Consequentemente, na segunda parte aborda-se os casos de estudo, onde se analisa a acessibilidade do espólio e espaço arquitetónico dos mesmos.

Palavras-chave: Deficiência; Deficiência Visual; Acessibilidade; Museu; Réplicas.

Abstract

Issues such as Equal Rights, Rehabilitation, Inclusion and Accessibility for people with disabilities are referred to since 1948 - Universal Declaration of Human Rights. However, it is in 2003, declared the European Year of People with Disabilities, that the first steps are being taken towards a Society of All and for All. By creating a European Action Plan entitled Equal Opportunities for Persons with Disabilities, which obliged the countries included in the committee, to improve the economic and social integration policies of people with disabilities (by 2010).

In Portugal, there have been some changes in the elimination of architectural barriers in public spaces - Museums - and in mobility in public transport. However, these had as their main focus the people with reduced mobility, thus excluding the great role of existing deficiencies. Regarding the accessibility of visually impaired people, especially in the cultural field, there is still much to be done, and the theme of this dissertation has emerged.

The dissertation will be divided into two parts. The first defines the concept of disability and visual impairment in parallel with the interpretation of the national and international legal panorama on socio-cultural accessibility. Consequently, the second part was devoted to case studies, which deal with the accessibility of the plunder and estabecimento, what projects were carried out and what was necessary to reach the ends, as well as the future prospects.

Keywords: Deficiency; Visual impairment; Accessibility; Museum; Replicas.

Índice de conteúdos

• Índice de Conteúdos-----	página 6
• Índice de Tabelas-----	página 7
• Abreviaturas e siglas-----	página 8
Introdução	
○ Problemática -----	página 9
○ Objetivos -----	página 9
○ Metodologia-----	página 9
I Parte: Conceitos, Definições e Legislação	
• A Deficiência e a Deficiência Visual-----	página 15
○ Conceito Deficiência-----	página 15
○ Deficiência Visual: Cegueira e Ambliopia-----	página 19
• Legislação, Normas, Proclamações e Direitos Fundamentais-----	página 23
○ Mundial e Europeia-----	página 23
○ Nacional-----	página 27
• Acessibilidade vs. Museu-----	página 32
○ Inclusão Social-----	página 32
○ Museologia Acessível-----	página 33
▪ Acessibilidade Física-----	página 34
▪ Acessibilidade da Informação e Comunicação-----	página 36
▪ Acessibilidade Artística-----	página 43
II Parte: Casos de Estudo	
• Museu Nacional do Azulejo-----	página 54
○ Acessibilidade Física-----	página 57
○ Acessibilidade da Informação e Comunicação-----	página 58
○ Acessibilidade Artística-----	página 62
• Palácio Nacional da Ajuda -----	página 65
○ Acessibilidade Física-----	página 68
○ Acessibilidade da Informação e Comunicação-----	página 70
○ Acessibilidade Artística-----	página 74
• Conclusão-----	página 77
Bibliografia-----	página 81
○ Webbibliografia-----	página 84
• Anexos-----	página 86

Índice de tabelas

- Tabela nº1: Doenças que levam a Deficiência Visual -----página 21
- Tabela nº2: Legislação Mundial e Europeia-----página 23
- Tabela nº3: Legislação Nacional-----página 27
- Tabela nº4: Acessibilidade Física-----página 36
- Tabela nº5: Acessibilidade de Informação e Comunicação-----página 40
- Tabela nº6: Escrita Acessível-----página 42
- Tabela nº7: Acessibilidade Artística-----página 46

Abreviaturas e siglas

ACAPO – Associação de Cegos e Ambliopes de Portugal
AEPD – Ano Europeu das Pessoas com Deficiência
AIPD – Ano Internacional das Pessoas Com Deficiência
APD – Associação Portuguesa de Deficientes
APEC – Associação Promotora do Ensino para Cegos
ARP – Associação de Retinopatia de Portugal
AVC – Acidente Vascular Cerebral
CIF – Classificação Internacional do Funcionamento da Deficiência
DDPD – Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência
DW – Disabled World
DRE – Diário da República Eletrónico
DFH – Direitos Fundamentais dos Humanos
EU – União Europeia
FO – Fundação Oriente
HK – Escola Hellen Keller
ICOM – International Council of Museums
IMC – Instituto dos Museus e da Conservação
IODGP – Instituto de Oftalmologia Doutor Gama Pinto
MCCB - Museu da Comunidade Concelhia da Batalha
MCCR – Museu da Cerâmica das Caldas da Rainha
MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga
MNAz – Museu Nacional do Azulejo
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PNA – Palácio Nacional da Ajuda
UKDDA – U. K. Disability Discriminatio Act
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNL – Universidade Nova de Lisboa

Introdução

Problemática

A presente dissertação de mestrado consiste num estudo sobre a acessibilidade museológica nos museus de Arte em Portugal para pessoas com deficiência visual. Para tal seleciono-se o Museu Nacional do Azulejo e o Palácio Nacional da Ajuda onde se irá analisar os projetos realizados e\ou futuros em prol de um espaço museológico acessível para todos.

Objetivos

Em termos gerais, pretende-se compreender as dificuldades que os serviços educativos de cada caso de estudo, vivenciou na elaboração e aplicação de um plano de ação em prol da acessibilidade museológica para pessoas com deficiência visual. Deste modo, acompanhamos as adaptações que estes fizeram no espaço e nas suas coleções, tendo em conta o apoio financeiro e institucional, e verificamos o impacto dos projetos para as instituições e as suas perspetivas de futuro.

Metodologia

A presente dissertação será organizada em duas partes. Inicialmente realizar-se-á uma breve análise dos conceitos de forma a justificar a relevância do estudo. Proceder-se-á à recolha e compreensão da legislação nacional, europeia e mundial – destacando três países fundamentais Espanha, Inglaterra e Brasil, bem como dos dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE). Nesta parte, ainda, irá abordar-se os termos deficiência, deficiência visual e acessibilidade. Este último tópico é transportado para a segunda e última parte desta dissertação, onde se irá analisar os casos de estudo – Museu Nacional do Azulejo e Palácio Nacional da Ajuda –, com o objetivo de verificar de que forma a teoria é colocada em prática e quais as suas consequências e mais-valias para as instituições em questão, tal como para a sociedade portuguesa.

O primeiro capítulo é dedicado à citação e análise do panorama legal existente referente aos direitos das pessoas com deficiência, em geral, e pessoas com deficiência visual, em particular. O panorama legislativo nacional e internacional é fundamental para a compreensão das mudanças político-sócio-culturais desenvolvidas em prol de uma sociedade inclusiva, que por sua vez demonstra as responsabilidades que uma

instituição cultural tem perante a sociedade. Em paralelo com as responsabilidades culturais existem, as responsabilidades de cada indivíduo perante a sociedade onde coabita, algo que tem vindo a evoluir juntamente com o conceito de deficiência que cada vez mais é um “problema” social e não individual. Ainda neste capítulo, abordar-se-á sucintamente os conceitos deficiência e deficiência visual. O último conceito será bastante desenvolvido, de forma a evidenciar as diferenças entre a definição médica e social – quais as suas vantagens e desvantagens. Além disso, será pesquisado os mercados da deficiência visual, ou seja, quais as instituições – Associação de Retinopatia de Portugal (ARP), Associação Promotora do Ensino para Cegos (APEC), Escola Hellen Keller (HK), etc, – que lutam e se preocupam pela qualidade de vida das pessoas com esta deficiência, do ponto de vista cultural, e quais as suas estratégias.

Após esta primeira parte, como uma breve introdução ao tema, torna-se essencial uma abordagem prática, entrado assim na segunda e última parte desta dissertação, onde se analisa os casos de estudo. Neste capítulo irá-se realizar o levantamento das medidas que cada instituição executou, desde que abriu portas até aos dias de hoje, em prol das pessoas com deficiência visual, e dos projetos que por motivos de força maior, tiveram de ser arquivados. Para tal iremos analisar quais os apoios financeiros ou institucionais que obtiveram, qual o feedback que obtiveram do seu público, em especial do público com deficiência visual, e quais as suas expectativas futuras neste campo. Em simultâneo iremos também visitar outras instituições museológicas nacionais¹ que possam ter os mesmos métodos de acessibilidade.

No que respeita à seleção dos casos de estudo, foi necessário um levantamento prévio dos museus com objetos artísticos em Portugal, uma lista bastante extensa que rapidamente foi reduzida para os Museus Nacionais, isto porque estes são entre todos – Nacional, Regional e Municipal –, os que maiores responsabilidades sociais contêm. Ao contrário de um museu local que respondem perante uma sociedade mais pequena – por exemplo o Museu da Cerâmica, de Caldas da Rainha –, um Museu Nacional responde perante a sociedade portuguesa o que acarreta responsabilidades maiores. Além disso, também existiu a preocupação geográfica, acabando por selecionar Lisboa, que por ser a

¹ O objetivo dos exemplos é que esses sejam nacionais, não com o intuito de menosprezando os casos internacionais, mas sim de fazer valer o que já foi realizado em Portugal. Por outro lado, os panoramas sociais mudam de país para país e não sendo a acessibilidade parte das ciências exatas, mas sim das ciências sociais, não existe um manual de normas a seguir, sendo cada caso um caso.

capital possibilita um número maior de visitantes e de diversidade². Em jeito de conclusão, pode-se acrescentar que apesar da extensão do âmbito do trabalho, a restrição do mesmo ao estudo da acessibilidade para pessoas com deficiência visual em museus de arte em Portugal, nomeadamente nos dois casos de estudo – Museu Nacional do Azulejo e o Palácio Nacional da Ajuda, inseridos na região de Lisboa, permitem-nos um aprofundamento do tema que poderá trazer informações relevantes para o estudo e desenvolvimento de uma sociedade culturalmente acessível, uma sociedade de e para todos.

Para a realização dos objetivos da dissertação procedemos, tal como na sua divisão, a dois métodos de trabalho. Começamos pela recolha de informação sobre o tema a tratar com o objetivo de perceber e planificar a dissertação. Nessa pesquisa inicial, que se baseou em livros, dissertações e revistas, e em que retirámos artigos de carácter científico, bem como em *sites* oficiais, deparámo-nos com bastantes dificuldades, pois ao contrário do que seria de esperava não existe uma vasta bibliografia sobre a acessibilidade museológica para pessoas com deficiência visual em Portugal. Muito embora, a escassa bibliografia essa encontra-se sobretudo disponibilizada *online*, o que facilita o acesso, mas que pode causar alguns problemas de rigor científico. Uma grande parte das pesquisas iniciais, foram sendo desenvolvidas e aprofundadas dando origem à primeira parte. Além das pesquisas teóricas existiu também, de forma a completar as mesmas, o contacto com diversas instituições como a Associação de Retinopatia de Portugal (ARP), Associação Promotora do Ensino para Cegos (APEC), Escola Hellen Keller (HK), Direção Geral do Património Cultural (DGPC), Museu Nacional do Azulejo (MNAZ), Palácio Nacional da Ajuda (PNA), Fundação Oriente (FO), MCCR, Museu da Comunidade Concelhia da Batalha (MCCB) e Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA).

E por fim, pretendíamos verificar como as instituições museológicas em estudo se adaptaram para pessoas com deficiência visual. Tentando compreender e responder a

² Lisboa alberga diariamente uma panopila de turistas nacionais e internacionais que têm vindo a aumentar anualmente, culturalmente pode-se verificar esse aumento através os estudos da Direção Geral do Património Cultural (DGPC) sobre estatísticas dos visitantes dos Museus, Monumentos e Palácios. É possível verificar que entre o período de 2012 e 2017 exisuiu um aumento de 112.7% no Palácio Nacional da Ajuda e de 152.2% no Museu Nacional do Azulejo, o que se materializar em 193.444 visitantes e 126.240 visitantes respectivamente.

inúmeras questões como: Quais as suas dificuldades? Quais os seus apoios financeiros? Quais as suas bases profissionais e educativas na área da acessibilidade? Entre outras.

I PARTE

Conceitos, Definições e Legislação

*“A língua das palavras não chega para tudo
É preciso aprender uma língua dos números
É preciso aprender a língua dos desenhos
As três línguas juntas é que são a língua verdadeira do homem”*
*(As Linguagens de Mutimati Barnebé, João
– Heterónimo de António Quadros)*

A deficiência e a deficiência visual

Desde do aparecimento do Homem que existem pessoas com deficiência, contudo ao longo da história da Humanidade estas foram recorrentemente segregadas da sociedade. No entanto, com a evolução dos tempos o Homem toma consciência de si próprio – época Moderna de 1453 a 1789 –, e começa a ter preocupações para com as pessoas com deficiências, especialmente do ponto de vista medicinal na tentativa de as curar da sua “doença”, e não de as inserir na sociedade. Essa atitude é, ainda, um tanto ou quanto, bárbara, mas obrigou a sociedade a tomar consciência da existência das pessoas com deficiência. Segundo *Janice Majewski (...) quanto mais as pessoas sem deficiência aprendem acerca das pessoas com deficiência mais facilmente assumem atitudes positivas em torno delas.*³ Com esse pensamento entramos na época contemporânea, onde a questão da deficiência é uma constante preocupação social, sobretudo após o horror do Holocausto da Segunda Guerra Mundial, onde surgem inúmeras pessoas com deficiências. O que resultou no aparecimento de medidas sociopolíticas como que se analisará posteriormente neste capítulo.

Conceito deficiência

A palavra deficiência oriunda do latim *deficientia* significa imperfeição, insuficiência, lacuna, enfraquecimento ou falta, já a palavra eficiente, igualmente oriunda do latim *deficere*, refere-se a imperfeito, falha, incompleto ou aquele em que há uma deficiência.⁴ O seu significado não irá modificar-se com os tempos, contudo a sua interpretação e percepção pela sociedade sim. Segundo Zilma Richardson, verifica-se que *(...) de forma geral, até ao século XVII, a deficiência era vista como produção de mitos e de ameaças social e, a partir do século XIX, como uma conotação de patologias. No século XX, de maneira bastante progressiva, a concepção de deficiência foi sendo alterada, deslocando-se o foco do “corpo doente individual” para o do “corpo doente*

³ MARTISN, Patrícia Isabel Sousa Roque; *A Inclusão pela Arte: Museu e Públicos com Deficiência Visual*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia pela Faculdade de Belas-artes da Universidade de Lisboa, 2008. Pp. 16.

⁴ XAVIER, Rita M. F. G.; *famílias com filhos portadores de deficiência – quotidiano e representações*, Dissertação de Mestrado em Família e Sociedade pelo Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, janeiro de 2008. Pp. 18.

social”, fruto da ideia de que as doenças também seriam produtos sociais. Nesse sentido, postula-se que os estados de invalidez podem ser influenciados, não apenas por limitações individuais decorrentes da deficiência ou incapacidade, mas também, por fatores ambientais e sociais, que variam de acordo com o meio no qual o indivíduo deficiente se acha inserido.⁵ Esta mudança de pensamentos deve-se ao elevado número de pessoas com deficiência, que segundo a OSM em 2010, ano do estudo World Report on Disability (WRD), estima-se que existia mais de um bilhão de pessoas com deficiência, ou seja 15%, da população mundial. No ano anterior outro estudo conclui que entre 1970 e 2010 existiu um aumento de 5% de população com deficiência. Desses 15% De acordo com a Pesquisa Mundial de Saúde, cerca de 785 milhões de pessoas (15,6%) com 15 anos ou mais vivem com algum tipo de deficiência, enquanto que a Carga Global de Doenças estima um número em torno de 975 milhões de pessoas (19,4%). Destes, a Pesquisa Mundial de Saúde estima que 110 milhões de pessoas (2,2%) possuem uma significativa dificuldade funcional, enquanto que a Carga Global de Doenças estima que 190 milhões de pessoas (3,8%) possuem “deficiência severa” – o equivalente a deficiência determinada por tetraplegia, depressão severa ou cegueira. Somente a Carga Global de Doenças mede a deficiência infantil (de 0 a 14 anos) que é estimada em 95 milhões de crianças (5,1%), das quais 13 milhões (0,7%) têm “deficiência severa”.⁶

A Classificação Internacional do Funcionamento da Deficiência (CIF) em 2002 declarou que *A deficiência é entendida como sendo um problema criado pela sociedade e uma questão de inclusão completa dos indivíduos na mesma. A deficiência não é um atributo da pessoa, mas uma consequência de um conjunto complexo de situações, das quais muitas são criadas pelo meio ambiente.*⁷, definição atualmente em vigor, no entanto antes dessa definição outras já tinham sido pensadas, como a da Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência (DDPD), de 9 de Dezembro de 1975, onde se averigua no 1º artigo: *O termo “pessoa deficiente” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em*

⁵ RICHARDSON, Zilma Maria Ramos Jarry; *Pobreza, Deficiência Visual e Políticas Sócio-Educativas*, tese de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, 2009. Pp. 41.

⁶ *Relatório mundial sobre a deficiência; título original World Report on Disability*; tradução Lexicus Serviços Linguísticos São Paulo, 2012. Pp. 269 e 270.

⁷ MESQUITA, Susana Maria Vasconcelos; *A acessibilidade de Museus Europeus para Deficientes Visuais*, Tese de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo pela Universidade de Aveiro, 2011. Pp. 10.

suas capacidades físicas ou mentais. Seis anos após a DDPD surge o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (AIPD), que devido ao seu impacto mundial resultou em várias medidas sobre o tema. É, portanto, neste conceito que a OMS realizou a sua definição universal referindo que a *deficiência engloba qualquer restrição ou falha (resultante de uma incapacidade) ou aptidão para realizar uma atividade de forma considerada normal para o ser humano*⁸. Em 1995, dois anos depois da definição realizada pela OMS, a United Kingdom Disability Discrimination Act (UKDDA) refere que a deficiência é a *Incapacidade física ou psíquica que afeta o desempenho das suas atividades do dia a dia, temporária ou parcialmente*⁹. Quinze anos depois a Equality Act define deficiência tal qual como a UKDDA. Porém no mesmo ano a Disabled World (DW), afirma que o conceito deficiência contém dois modelos, o modelo social e o modelo de saúde.

No panorama português encontrámos apenas duas definições para o conceito. A primeira de 1996, elaborada por Amaral, onde se verifica que a deficiência é a *Perda ou anomalia de estrutura ou função; incapacidade, à restrição de atividades em decorrência de uma deficiência; e desvantagem, à condição social de prejuízo resultante de deficiências e/ou incapacidade*.¹⁰ No ano 2003, com a Lei nº38/2004 de 18 de agosto deparamo-nos com a segunda definição onde se pode constatar no *Artigo 2º - Considera-se pessoa com deficiência aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de função ou de estrutura corporal, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas susceptíveis de, em conjugação com os fatores do meio, lhe limitar ou dificultar a atividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas*”.¹¹

Ao analisar-se as várias definições de deficiência pode-se concluir que os termos incapacidade, falha, restrição, perda, desvantagem (*Handicap*) anomalia ou doença são bastante usuais para descrever uma pessoa com deficiência, seja ela física ou psicológica. E que embora a diversidade existente não se pode considerar nenhum dos conceitos errado, mas sim que existem termos utilizados um tanto ou quanto desapropriados. Após várias leituras e contacto com pessoas da área considerou-se os termos incapacidade e *handicap* mais adequados. Isso porque *muitas são as*

⁸ Idem. Pp. 9.

⁹ Idem. Pp. 10.

¹⁰ MESQUITA, Susana Maria Vasconcelos; *A acessibilidade de Museus Europeus para Deficientes Visuais*, Tese de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo pela Universidade de Aveiro, 2011. Pp. 10.

¹¹ In <https://dre.pt>.

*circunstâncias e condições que podem levar a um estado permanente ou temporário de deficiência*¹² ou seja de incapacidade/ *handicap* para algo em qualquer momento da vida. No que respeita às definições considera-se a CIF de 2002 a mais apropriada. Isto devido à mesma abordar a perspectiva individual, médica, estrutural e social.

Existem duas formas de a deficiência se manifestar num indivíduo, de forma congénita, que surge à nascença ou nos três primeiros anos de vida, ou adquirida através de uma doença ou acidentes ao longo da sua vida. Ou seja, inicialmente uma pessoa só é considerada deficiente após uma avaliação médica, que irá diagnosticar qual a sua deficiência. Seguido dessa surge a avaliação social/ambiental. A maioria dos problemas para uma pessoa com deficiência não provem da avaliação médica, mas sim da social, tendo em conta que nos tempos que correm a sua inserção, ainda, é muito difícil. Não apenas pelas barreiras físicas, mas, sobretudo, pelas barreiras psicológicas que a sociedade criou em trono das pessoas com deficiência.

Na definição da CIF existe um equilíbrio entre as várias barreiras que uma pessoa com deficiência encontra devido à mesma, isso porque esta promove um *modelo biológico-psíquico-social*. Acarreta responsabilidades à sociedade, que impõe barreiras obrigando as pessoas com deficiência a adaptar-se ao passo que essa não o fará, e exige também que sejam as pessoas com deficiência a lutarem pelos seus direitos, em vez de se conformarem com as limitações impostas. Em jeito de conclusão *A CIF é universal porque cobre toda a funcionalidade humana e trata a deficiência como um contínuo ao invés de categorizar as pessoas com deficiência como um grupo separado: a deficiência é uma questão de mais ou menos, e não de sim ou não. Porém, a elaboração de políticas públicas e a entrega de serviços pode requerer que sejam estabelecidos limites para a gravidade da incapacidade, limitações para realizar ou restrição à participação em certas atividades.*¹³

¹² *The Council for Museums, Archives and Libraries Acessibilidade/Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries*; trad. Maurício O. Santos e Patrícia Souza, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Pp. 19.

¹³ *Relatório mundial sobre a deficiência; título original World Report on Disability*; tradução Lexicus Serviços Linguísticos São Paulo, 2012. Pp. 6.

Deficiência Visual: Cegueira e Ambliopia

Existem várias tipologias de deficiência, sendo essas divididas em quatro grupos: Auditiva, Visual, Física e Mental. No entanto, estes podem ser divididos em sete, Mobilidade, Audição, Visão, Raciocínio e Aprendizagem, Mental, Sensitivas e doenças prolongadas. No entanto como já se referiu nesta dissertação apenas abordaremos a deficiência visual.

Em Portugal existem dois estudos populacionais, do INE, essencial para a abordagem da deficiência visual em Portugal – Censos 2001 e 2011, que justificam a necessidade do estudo. Todavia o mesmo contém abordagens diferentes sobre o tema em questão. Em 2001, existe uma estatística sobre a população residente em Portugal com deficiência, já em 2011 apresenta-se um estudo sobre a população em Portugal incapacitada. Além disso, os Censos 2001 são baseados num diagnóstico médico e os 2011 baseia-se numa *autoavaliação que privilegia a funcionalidade e a incapacidade como o resultado de uma interação dinâmica entre a pessoa e os fatores contextuais*¹⁴.

Nos Censos 2001 verifica-se que pelo menos 6,1% da população tem deficiência, e desses 40% refere-se a deficiências sensoriais – auditivas e visuais – onde a deficiência visual é claramente superior à auditiva com uma percentagem de 25,7%. Até à data dos Censos 2001, mais de metade da população não tinha qualquer tipo de incapacidade atribuída, após o estudo verifica-se que 53,6% da população contém algum grau de incapacidade¹⁵. Nesse aumento populacional de pessoas com deficiência verifica-se que 70% das mesmas, até à data dos Censos 2001 não tinham qualquer tipo de deficiência atribuída, passaram a conter deficiências sensoriais. Passados dez anos, realiza-se o Censos 2011 em que se aborda Incapacidade/*Handicap* da população em realizar 6 atividades diárias¹⁶. Nesse conclui-se que pelo menos 17,8% da população com 5 ou mais anos de idade apresenta uma das 6 incapacidades, onde 23% dessas afirmam ter dificuldades em ver, porém quando se restringe esse estudo para pessoas de idade igual ou superior a 65 anos a percentagem aumenta para 50%. Após a análise dos

¹⁴ Instituto Nacional de Estatística, I.P; *Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal*, Lisboa, 2012. PDF. P.p 27.

¹⁵ Conceito utilizado pelos Censos atribuído por uma autoridade de saúde de forma a quantificar a seriedade da deficiência manifestada nas pessoas. Essa quantificação são: nenhum; inferior a 30%; de 30% a 59%; de 60% a 80%; superior a 80%, segundo a Tabela Nacional de Incapacidade.

¹⁶ As capacidades diárias levadas em linha de conta nos Censos 2011 são Ver, Ouvir, Andar, Memória/Concentração, Tomar Banho/Vestir-se e Compreender/Fazer-se entre.

Censos 2001 e 2011 pode-se concluir que, embora os diferentes métodos de estudos apresentados, a deficiência visual, seguida da deficiência motora, é a que afeta mais a população portuguesa, e que essa aumenta significativamente consoante a idade da população – apesar da baixa insignificante de 2.7% nestes 10 anos.

De forma a compreender os resultados das estatísticas nacionais acima mencionados, e demonstrados nos anexos da presente dissertação, procedesse à definição do conceito deficiência visual. Considera-se uma pessoa com deficiência visual quando existe “*perda ou redução da capacidade visual em ambos os olhos, com caráter definitivo, não sendo suscetível de ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes e/ou tratamento médico ou cirúrgico, podendo variar em relação às suas causas (traumatismo, doença, malformação, deficiente nutrição) e/ou natureza (congénita, adquirida, hereditária)*”¹⁷. Porém ao contrário do que é do conhecimento geral uma pessoa com deficiência visual não tem que ser unicamente cega. A cegueira, que consiste na perda de visão, onde é passível a precessão de luminosidade, é apenas uma das manifestações da deficiência visual, a parte dessa existe também a ambliopia ou baixa visão, que não é tão abordada.

No que respeita à cegueira existem três tipos cegueira congénita que ocorre entre o nascimento e o primeiro ano de idade, cegueira precoce surge entre o primeiro e terceiro ao de idade e cegueira adquirida provém após o terceiro ano de idade, resumido no quadro seguinte. Os dois últimos estados da cegueira são, segundo testemunhos particulares os mais problemáticos para a adaptação e reintegração na sociedade, devido ao facto de que até determinada altura foi-lhes possível ver, tornando-se dependentes desse sentido para a realização de inúmeras tarefas.

No caso da ambliopia ou baixa visão não existe uma perda total da visão, pois considera-se uma pessoa com tal patologia se contiver o resíduo e a acuidade visual *igual ou inferior a 3/10 e o campo visual inferior a 20°*¹⁸, segundo OMS. Em Portugal no Decreto-Lei 49331/69, a Baixa visão é *considerada moderada ou parcial quando a Acuidades Visual está entre 3/10 e 1/10 e sem comprometimento do Campo Visual, ou severa ou residual quando a Acuidade Visual é igual oi inferior a 10°*¹⁹. Assim, pessoas

¹⁷ MESQUITA, Susana Maria Vasconcelos; *A acessibilidade de Museus Europeus para Deficientes Visuais*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo pela Universidade de Aveiro, 2011. Pp. 16.

¹⁸ PINA, Ivone Coutinho e FERNANDES, Nádía; *Aprender a Ver*, Associação de Retinopatia de Portugal, Lisboa, janeiro de 2010. Pp. 12.

¹⁹ Idem.

com ambliopia sentem dificuldades em quatro situações: detenção do espaço e de deslocamentos; realização de tarefas no dia-a-dia; ler; realizar esforços exagerados para a execução de tarefas anteriores. Tal acontece porque na maioria dos casos existe perda da visão periférica ficando apenas com a central, ou perda da periférica restando a central²⁰. A ambliopia ou cegueira pode ser adquirida por várias doenças oculares como por exemplo:

Doença	Discrição	Deficiência Visual
Retinopatia Diabética	Degeneração na retina causada pela diabetes. Esta patologia causa perda da nitidez.	Ambliopia que pode levar à Cegueira
Lesão cortical por Acidente vascular celebra (AVC)	A cegueira cortical, doença rara, provém de lesões nas vias óticas, nas vias retro geniculada ou do córtex.	Cegueira
Cataratas	Encontra-se relacionada com envelhecimento, levando a visualização desfocada.	Ambliopia que pode levar à cegueira
Visão tubular	Perda da visão periférica ficando apenas com a retina central por onde se vê uma pequena área central.	Ambliopia
Glaucoma ²¹	Consiste na elevada pressão ocular produzida por excessiva ou deficiente drenagem do humor aquoso. Se destetada atempadamente pode ter cura.	Cegueira
Miopias degenerativas, ou patológicas	É um tipo de miopia acompanhada por alterações degenerativas que ocorrem, essencialmente, no segmento posterior do globo ocular.	Ambliopia que pode levar à Cegueira
Opacidade corneana	Um dos estágios do Tracoma, ocorrendo normalmente devido a infeções bacterianas, resulta em complicações oculares graves como deformidades palpebrais e triquíase ou cegueira.	Ambliopia que pode levar à cegueira
Retinopatia pigmentar	É uma doença hereditária, que se manifesta entre os 10 e 30 anos de idade e que afeta as células fotoreceptoras, causando a perda da visão periférica,	Ambliopia que pode levar à cegueira

²⁰ Anexo Fotográfico 1. Pp.99.

²¹ Manifesta-se especialmente após os 50 anos de idade, sendo responsável por 12% de casos de cegueira.

	ou da visão central.	
Stargardt/Fundus flavimaculatus	Doença genética hereditária que se inicia aos 20 anos de idade. Esta doença resulta na perda da visão central e na intolerância a luz forte.	Ambliopia
Degeneração macular ligada á idade (DMI)²²	Consiste na degeneração da mácula – zona central da retina, levando à perda da visão central.	Ambliopia
Distrofia Cones	Doença hereditária causada pela deterioração progressiva das células fotorreceptoras, levando à perda da visão colorida, da acuidade visual e por fim a perda da visão periférica.	Ambliopia que pode levar à cegueira

Tabela nº1: Doenças que levam a Deficiência Visual

Analisando a tabela a cima conclui-se que mariotariamente das doenças podem levar à cegueira devido à perda progressiva do resíduo visual. Já as doenças que afetão a visão central ou periférica, dificultam essencialmente a locomoção e leitura, sendo necessário recorrer à utilização de bengalas ou andarilhos, e/ou cães guias para a sua locomoção. Já para a leitura pode-se valer de lupas eletrónica ou não, ampliadores eletrónicos que utilizam a polaridade negativa, filtros especiais em *clip-on*, guia de assinatura e caneta de ponta 0.7, etc. A ambliopia também afeta a sensibilidade luminosa, sendo difícil a visão em locais com alta luminosidade e de pouco contraste.

Deste forma, pode-se admitir que é errado resumir a acessibilidade visual à utilização do braille e/ou objetos palpáveis, pois as necessidades de uma pessoa com deficiência visual, varia consoante a sua patologia, sendo necessário uma panóplia de alterações a realizar para tronar a sociedade contemporânea numa sociedade para Todos.

²² É uma das maiores causas de cegueira, sobre tudo nos países industrializados.

Legislação, Normas, Proclamações e Direitos.

Fundamentais

A tomada de consciencialização, por parte das entidades políticas sobre a discriminação social perante as pessoas com deficiência, seja ela qual for, foi muito importante, no sentido em que decorreram os primeiros passos para a integração social, tendo como objetivo uma sociedade inclusiva. Essas medidas foram elaboradas, inicialmente a nível internacional, conduzindo vários países à realização das suas próprias medidas, destacando assim a urgência em mudar o comportamento e a mentalidade instalada na sociedade.

Para uma melhor compreensão das várias medidas dividiu-se essas em duas tabelas, a primeira sobre as medidas internacionais e a segunda sobre as medidas nacionais realizadas em Portugal.

Mundial e Europeia

Pessoas portadoras de Deficiência

Identidade	Legislação, Normas		
	Data	Proclamações e Direitos	Citações
UNESCO	10/12/1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos ²³	<p><i><u>Artigo 1º:</u> Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.</i></p> <p><i><u>Artigo 2º:</u> Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.</i></p> <p><i><u>Artigo 22º:</u> Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito (...) dos direitos (...) sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.</i></p>

²³ dre.pt/declaração-universal-dos-direitos-humanos.

ONU	9/12/1975	Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiências ²⁴	<p><u>Artigo 27º:</u></p> <p>1. <i>Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes (...).</i></p> <p><u>Artigo 3º:</u> <i>As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. (...), têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.</i></p> <p><u>Artigo 8º:</u> <i>As pessoas deficientes têm direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social.</i></p> <p><u>Artigo 10º:</u> <i>As pessoas deficientes deverão ser protegidas contra toda exploração, todos os regulamentos e tratamentos de natureza discriminatória, abusiva ou degradante.</i></p> <p><u>Artigo 26º:</u> <i>As pessoas com deficiência são membros da sociedade e têm o direito de permanecer nas suas comunidades de origem.</i></p> <p><u>Norma 3. Reabilitação:</u></p> <p>1. <i>Os Estados devem desenvolver programas nacionais de reabilitação dirigidos a todos grupos de pessoas com deficiência. Tais programas devem assentar sobre as necessidades individuais e concretas das pessoas com deficiência e obedecerem aos princípios da plena participação e igualdade</i></p> <p><u>Norma 5. Acessibilidade:</u> <i>Os Estados devem reconhecer a importância global das condições de acessibilidade para o processo de igualdade de oportunidades em todas as esferas da vida social. (...)</i> a) <i>iniciar programas de ação que visem tornar acessível o meio físico;</i> b) <i>tomar medidas que assegurem o acesso à informação (...).</i></p> <p>1. <u>Acessibilidade do Meio Físico</u></p>
ONU	4/3/1994	Norma sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência	<p><u>Norma 5. Acessibilidade:</u> <i>Os Estados devem reconhecer a importância global das condições de acessibilidade para o processo de igualdade de oportunidades em todas as esferas da vida social. (...)</i> a) <i>iniciar programas de ação que visem tornar acessível o meio físico;</i> b) <i>tomar medidas que assegurem o acesso à informação (...).</i></p> <p>1. <u>Acessibilidade do Meio Físico</u></p>

²⁴ NEVES, Ana Fernanda; *Os direitos das pessoas com defeciênciano direitoda UniãoEuropeia*; in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboanº1 – 2, Uniersidade de Lisboa, 2010.

			<p>1. <i>Os Estados devem tomar medidas que eliminem os obstáculos à participação no meio físico envolvente. Devem nomeadamente definir normas e diretivas e prever a adoção de legislação que garanta as condições de acessibilidade (...).</i></p> <p><u>Norma 10. Cultura:</u> <i>Os Estados devem tomar medidas que garantam às pessoas com deficiência estar integradas e participar em atividades culturais em condições de igualdade.</i></p> <p>2. <i>Os Estados devem promover condições de acesso a locais e serviços culturais, tais como teatros, museus, cinema e bibliotecas a fim de que as pessoas com deficiência deles usufruam.</i></p> <p>3. <i>Os Estados devem iniciar o desenvolvimento e a utilização de meios técnicos específicos para a literatura, os filmes e o teatro sejam acessíveis às pessoas com deficiência.</i></p>
			<p><u>Artigo 21º:</u> <i>É proibida a discriminação em razão, designadamente, (...), deficiência, (...).</i></p>
EU	7 /12/2000	Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia ²⁵	<p><u>Artigo 26º:</u> <i>A União reconhece e respeita o direito das pessoas com deficiência a beneficiar de medidas destinadas a assegurar a sua autonomia, a sua integração social e profissional e a sua participação na vida da comunidade.</i></p>
Congresso Europeu	Março de 2002	Declaração de Madrid ²⁶	<p><i>“As medidas visando, originalmente, a reabilitação do indivíduo de forma a “adapta-lo” à sociedade tendem a evoluir para uma conceção global que reclama a modificação da sociedade para incluir e a adaptar-se às necessidades de todos os cidadãos, incluindo as pessoas com deficiência.”</i></p>

²⁵ JOIRNAL OFICIALDAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, 18 dezembro de 2000.

²⁶ <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/legislacaodeficiente/declaracaodemadrid-2002.pdf>

			<p><i>“A forma como amiúde estão organizadas as nossas sociedades leva a que as pessoas com deficiência não sejam capazes de exercer plenamente os seus direitos fundamentais e sejam excluídas socialmente.”</i></p> <p><i>“(…) para alcançar a igualdade para as pessoas com deficiência, o direito à não discriminação deve ser completado pelo direito a beneficiar de medidas concebidas para assegurar a sua independência, integração e participação na vida da comunidade.”</i></p> <p><i>“Sem um forte compromisso de toda a sociedade, incluindo a participação activa das pessoas com deficiência para garantir os seus próprios direitos, a legislação carecerá de eficácia.”</i></p> <p><u>Artigo 2º:</u></p> <p>a) <i>Sensibilizar para os direitos das pessoas com deficiência à proteção contra a discriminação e ao exercício pleno e equitativo dos seus direitos;</i></p> <p>b) <i>(…) promoção da igualdade de oportunidade para as pessoas com deficiência na Europa;</i></p> <p>1) <i>Melhorar a comunicação a respeito da deficiência e promover uma representação positiva das pessoas com deficiência;</i></p>
EU	2003	Ano Europeu das Pessoas com Deficiência ²⁷	
EU	30 /1/ 2007	Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos ²⁸	<p><i>Igualdade.</i></p> <p><i>“Luta contra as discriminações.</i></p> <p><i>O Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos pretende sensibilizar a população para os benefícios de uma sociedade justa e coesa.”</i></p>

Tabela nº 2: Legislação Mundial e Europeia

²⁷ JORNAL OFICIAL DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Ano Europeu das Pessoas com Deficiência*, 18 dezembro de 2001.

²⁸ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência: Plano de Ação Europeia*, 30 de outubro de 2003.

Pessoas portadoras de Deficiência

Identidade	Data	Legislação	Citações
Ministério da Solidariedade e Segurança social	22/5/1997	Decreto-Lei nº123/97 (Revogado) ²⁹	<p><u>Artigo 1º:</u></p> <p>1) São aprovadas as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente através da superação das barreiras urbanísticas e arquitectónicas nos edifícios públicos (...)</p>
			<p><u>Artigo 2º:</u></p> <p>1. As normas técnicas aprovadas aplicam-se (...)</p> <p>h) Museus, teatros, cinemas, salas de congressos e conferências, bibliotecas públicas, bem como outros edifícios ou instalações destinadas a actividades recreativas e sócio-culturais;</p>
Assembleia da República	18/8/2004	DR – 1º Série A nº194 ³⁰	<p><u>Artigo 3º:</u></p> <p>a) Promoção da igualdade de oportunidade no sentido em que a pessoa com deficiência disponha de condições que permitam a plena participação na sociedade:</p> <p>d) Promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e da adoção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência.</p> <p><u>Artigo 5º: A pessoa com deficiência tem o direito ao acesso a todos os bens e serviços da sociedade (...)</u></p>

²⁹ DECRETO Ministério do Trabalho e da Solidariedade nº118/99”D.R._I Série-A”. 87 (14-4-1999) 1996 – 1997.

³⁰ DECRETO Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses nº47/2004”D.R._I Série-A”.195(19-8-2004) 5379 – 5394.

Assembleia da
República

19/8/2004

DR – 1º Série
A nº 47³¹

Artigo 24º:

- 2) **O Estado deve promover, directa ou indirectamente, todas as acções necessárias à efectividade da prevenção, nomeadamente de informação e sensibilização sobre:**
 - a) **Acessibilidade;**

Artigo 2º:

- c) (...) museus como instituições abertas à sociedade;

Artigo 39º:

1. A interpretação e a exposição constituem as formas de **dar a conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu de forma a proporcionar o seu acesso ao público.**

Artigo 57º: **O museu deve realizar periodicamente estudos de público e de avaliação em ordem a melhorar a qualidade do seu funcionamento e atender às necessidades dos visitantes.**

Artigo 58º: **o museu deve prestar aos visitantes informações que contribuam para proporcionar a qualidade da visita e cumprimento da função educativa.**

Artigo 59º:

1. **Os visitantes com necessidades especiais, nomeadamente pessoas com deficiência, têm direito a um apoio específico.**
2. **O museu publicita o apoio referido no número anterior e promove condições de igualdade na fruição cultural.**

³¹ DECRETO Ministério da Solidariedade e Segurança Social nº129/1997/A “D.R._ I Série-A”.118 (22-5-1997) 2540 – 2544.

Assembleia da República	8/8/2006	DR – 1ª Série nº152 ³²	<p><u>Artigo 2º:</u></p> <p>1) As normas técnicas sobre acessibilidade aplicam-se às instalações e respectivos espaços circundantes da administração pública central, regional e local, bem como dos institutos públicos que revistem a natureza de serviços personalizados ou de fundo público.</p> <p>m) Museus, teatros, cinemas, salas de congressos e conferências, bibliotecas públicas, bem como outros edifícios ou instalações destinadas a actividades recreativas e sócio-culturais;</p>
Assembleia da República	28/8/2006	DR – 1ª Série nº165 ³³	<p><u>Artigo 3º:</u></p> <p>a) «Discriminação directa» a que ocorre sempre que uma pessoa com deficiência seja objecto de um tratamento menos favoráveis que a quele que é, tenha sido ou venha a ser dado a outra pessoa em situação comparável;</p>
			<p><u>Artigo 4º:</u></p> <p>a) A recusa de fornecimento ou o impedimento de fruição de bens ou serviços;</p> <p>e) A recusa ou a limitação de acesso ao meio edificado ou locais públicos ou abertos ao público;</p>
Presidência do Conselho de Ministros	29/12/2011	DR – 1ª Série nº 249 ³⁴	<p><u>Artigo 26º:</u></p> <p>b) Promover a igualdade de acesso às artes, assegurando a diversificação e descentralização da criação e da difusão da criação e produção artística, bem como incentivando o desenvolvimento de mecanismos que estimulem e facilitem o acesso dos diferentes públicos.</p>

³² DECRETO Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social nº163/2006 “D.R._ I Série-A”. 152 (8-8-2006) 5670 – 5689.

³³ DECRETO Assembleia da República nº46/2006 “D.R._ I Série-A”. 165 (28-8-2006) 6210 – 6213.

³⁴ DECRETO Presidência do Conselho de Ministros nº126/2011/A “D.R._ I Série-A”. 249 (29-12-2011) 5526-(2) – 5516-(14).

Direção-Geral do Património Cultural	25/7/2012	Despacho n.º78/2012 ³⁵	<p><u>Artigo 5º:</u></p> <p>2.</p> <p>a) Em articulação com a Direção, gerir a imagem institucional da DGPC e promover a difusão da informação, visual ou descritiva, relativa ao património cultura que lhe esta afeto;</p> <p>f) Desenvolver ação de captação de públicos específicos (...)</p> <p>g) Promover o desenvolvimento de projetos de divulgação e destinados aos cidadãos com necessidades especiais.</p>
Constituição da República portuguesa			<p><u>Artigo 73º:</u> Todos têm o direito à educação e à cultura.</p>
Pessoas portadoras de deficiência visual			
Assembleia da República	14/4/1999	Decreto – Lei n.º118/99³⁶	<p><u>Artigo 1º:</u> O presente diploma estabelece o direito de acessibilidade dos deficientes visuais acompanhados de cães-guia a locais, transportes e estabelecimentos de acesso público, e, bem assim, as condições a que estão sujeitos estes animais quando no desempenho da sua missão”.</p>

Tabela nº3: Legislação Nacional

Após análise da legislação pode-se, rapidamente, constatar que quer a nível nacional, europeu ou mundial existe uma preocupação acentuada em tornar a sociedade acessível, especialmente para pessoas com deficiência, reprovando atos de discriminação. Porém, o desrespeito por parte de muitos países, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, realça o desrespeito pela Declaração dos Direitos das Pessoas Com Deficiência, visto que ambas se reforçam e lutam pelos direitos das pessoas em geral. Assim sendo é legítimo afirmar que a Declaração Madrid se encontra completa quando afirma que *A forma como amiúde estão organizadas as nossas sociedades leva a que as pessoas com deficiência não sejam capazes de exercer plenamente os seus direitos fundamentais e sejam excluídas socialmente.* O que leva a

³⁵ DESPACHO Direção-Geral do Património Cultural n.º78/2012 (25-7-2012)

³⁶ DECRETO Ministério do Trabalho e da Sociedade n.º118/99 “D.R. _ I Série-A”. 87 (14-4-1999) 1996 – 1997.

que Sem um forte compromisso de toda a sociedade, incluindo a participação ativa das pessoas com deficiência para garantir os seus próprios direitos, a legislação carecerá de eficácia.

Contudo, em Portugal verifica-se que ao longo dos anos, a sociedade e a legislação tem vindo a mundificar-se em prol de uma sociedade inclusiva. Destaca-se ainda o Ano Europeu das Pessoas Com Deficiência, que fez com que os membros da UE assumissem o compromisso de tornar cada país membro mais acessíveis. Originando, em Portugal, legislação do DR – 1ª Serie nº152 de 8 de agosto de 2006 sobre o acesso das pessoas com deficiência às várias infraestruturas públicas. Embora esta legislação, abranja especialmente pessoas com deficiência motora, pode-se considerar essa medida o princípio da acessibilidade em Portugal. É de se referir também que, a acessibilidade física beneficia Toda a sociedade na sua locomoção. Além disso a deficiência motora é, tal como analisado no capítulo Deficiência da dissertação, a deficiência que afetou um maior número de população em Portugal em ambos os estudos do INE. Embora essa lei não seja aplicada na totalidade, já existe várias medidas que se podem verificar nos dias que correm em Portugal, nomeadamente o acesso aos transportes públicos, os semáforos luminosos e facilidade de acesso dentro de edifícios publico como museus e monumentos.

Inclusão Social

*A narrativa da “tragedia pessoal” é uma gramática que persegue as vidas das pessoas com deficiência³⁷, devido às atitudes tomadas pela sociedade ao longo da história. Primeiramente recorreu-se à exclusão, algo realizado sobre tudo até e durante a Idade Média, seguindo-se da segregação desde o século XVII até à segunda parte do século XX. Ai as pessoas com deficiência eram colocadas em instituições com o intuito de estudo científico e exclusão social. Contudo com o aparecimento da Declaração dos Direitos Humanos (1948) e a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiências (1975), procede-se à integração das pessoas com deficiência. Esta consistiu, essencialmente, em inserir as pessoas com deficiência na sociedade que outrora a rejeitou, todavia seriam essas a adaptar-se à mesma, sem que essa lhe fosse recíproca. Por fim, com o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (1981) e a Década das Pessoas com Deficiência (1983 – 1993) surge o conceito inclusão. O conceito inclusão, consiste em que a população com deficiência e a restante sociedade em conjunto transformem as estruturas sociais, para que se possa responder às necessidades das pessoas com deficiência. Isto porque *A promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade (...), para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram³⁸.**

Todavia, imperam duas realidades em relação à inclusão. Primeiramente temos *as leis, normas e declarações que vão sendo publicadas ou revogadas em Portugal com maior frequência na última década no sentido de acompanhar as regulamentações que vão sendo determinadas pela União Europeia; outra, são as acções práticas diárias que reflectem na sua generalidade uma mentalidade muito distante dos pressupostos*

³⁷ Martins, Bruno Daniel Gomes de Sena; *Políticas Sociais na Deficiência: A Manutenção da Exclusão*; VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra, 2004, Coimbra. Pp. 1.

³⁸ Coord. Teles, Paula; *Acessibilidade e Mobilidade para Todos – Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto*; Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

*inclusivos e como tal não consegue acompanhar as imposições legais.*³⁹. Para uma inclusão plena, ou seja, para uma sociedade de todos para Todos, é necessários quebrar barreiras físicas, ambientais e, essencialmente barreiras psíquicas, para que as pessoas com deficiência tenham, tal qual como qualquer individuo da sociedade, a autonomia e independência que lhes é devida, deixando assim de ser visto como um grupo minoritário. Um ponto de partida para essa paridade é o acesso a cultura, neste caso específico às instituições museológicas.

Museologia acessível

A 24 de agosto de 2007 realizou-se a 22ª assembleia do ICOM – *International Council of Museums*, em Viena (Áustria), onde se concluiu que o museu é *uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.*⁴⁰ esta definição permanece até atualidade. Contudo a Lei-Quadros Museus Portugueses⁴¹ no artigo nº1 refere que *um museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite (i) garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valoriza-los através de investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educacionais e lúdico; (ii) facultar o acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade*⁴². Nesta última definição reforça-se os tópicos referidos pelo ICOM, em 2007, bem como a responsabilidade social de uma instituição museológica. Quando essa abre portas ao público tem e deve preocupar-se com o mesmo, expondo as suas coleções de uma forma acessível e compreensível a todos os seus visitantes. Para que tal aconteça, é importante que as instituições museológicas se preocupem de igual modo

³⁹ MARTISN, Patrícia Isabel Sousa Roque; *A Inclusão pela Arte: Museu e Públicos com Deficiência Visual*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia pela Faculdade de Belas-artes da Universidade de Lisboa, 2008. Pp. 29.

⁴⁰ www.icom-portugal.org/documentos_def.129.161.lista.aspx

⁴¹ DECRETO Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses nº47/2004 “D.R._I Série-A”. 195 19-8-2004) 5379 – 5394

⁴² Idem.

com o seu acervo museológico e com o visitante. Ou seja, tal como o museu abraçou a preservação e conservação dos objetos, também deve preocupar-se em conter um edifício prático ao visitante e uma exposição acessível, para que esse usufrua da melhor forma possível do espaço e do expoliu.

A questão de acessibilidade museológica surge com a democratização cultural e educativa na Europa, que aconteceu entre as épocas de 60 e 80. Estas preocupações levaram a diversas alterações nos museus, sendo a principal a abertura a outros públicos, como visitas escolares, públicos com deficiência e estrangeiros, bem como o alargamento das horas de abertura diária. A receção de visitas escolares levou à criação de serviços educativos que iriam melhorar as questões pedagógicas, para que os espaços museológicos se tornem uma ferramenta educativa tal como sucedeu. Além disso outras atividades foram criadas, como o dia Internacional do Museus, a 18 de maio. Todavia a preocupação com a acessibilidade do espaço e coleção para todos é algo bastante recente. Isto porque a sociedade tem dificuldades (...) *em conviver com a diferença e a forma subtil e dissimulada, mas suficientemente clara que deixa essa mensagem, confinam por vezes as pessoas portadoras de deficiência ao isolamento.*⁴³ Assim a acessibilidade, segundo a Lei Brasileira de Acessibilidade, definisse como uma condição de liberdade, perceção e compreensão para a plena e autónoma utilização de espaços e edifícios privados ou públicos, de informação digital ou escrita, etc. Já a acessibilidade museológica é a liberdade e autonomia do visitante em explorara o edifício e espaço público, a exposição, a informação, a cultura a comunicação, etc. Posto isso, a acessibilidade museológica será dividida em três pontos: acessibilidade física, acessibilidade da informação e comunicação, e a acessibilidade artística.

Acessibilidade Física

No planeamento de uma visita ao museu uma pessoa com deficiência visual encontra várias barreiras, sendo a acessibilidade física o seu primeiro desafio. Contudo já existem várias medidas tomadas, tanto a nível nacional como internacional, com o intuito de uma urbanização mais acessível a todos.

⁴³ XAVIER, Rita M. F. G.; *Famílias com Filhos Portadores de Deficiência – Quotidiano e Representações*; Dissertação de Mestrado em Família e Sociedade no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, janeiro de 2008. Pp. 86.

No estrangeiro é de se salientar o Congresso Internacional para a Supressão das Barreiras Arquitetónicas realizado na Suíça, em 1963, ou a Conferência Europeia da Acessibilidade do Edifícios Públicos, em 1987. Além destas medidas que abordam especificamente a questão da acessibilidade física foi igualmente importante a legislação e normas estrangeiras já mencionadas anteriormente.⁴⁴ Em Portugal, há que mencionar o Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de agosto que veio substituir o antigo Decreto-Lei 123/97 de 22 de maio, que não se viu muito respeitado. O objetivo da atual legislação, bem como da anterior, foi e é a eliminação das barreiras arquitetónicas que a sociedade foi construindo ao longo dos anos, para pessoas com mobilidade condicionada⁴⁵. Neste Decreto-lei além de atribuir-se responsabilidades às diversas tutelas, encontra-se normas e técnicas que devem de obedecer a via pública, edifícios, equipamentos e infraestruturas abrangidos pelo mesmo, como a via pública, transportes públicos, edifícios públicos e privados etc.

Posto isso, a questão da acessibilidade física inicia-se antes das portas de entrada do museu. Sendo fundamental que exista, agregado ao projeto de acessibilidade museológica, um outro para a acessibilidade urbanística do meio envolvente da instituição museológica. Assim, o museu e as autarquias locais deveriam numa primeira fase, unir esforços para a realização das alterações fundamentais na via pública, para que a chegada ao museu seja algo possível por todos os cidadãos. De seguida o museu teria que se preocupar com as barreiras arquitetónicas existentes no espaço tutelado pelo mesmo. No caso das pessoas com deficiência visual, as medidas fundamentais são essencialmente para fornecer aos mesmos informações sobre o espaço em que se encontra, através do tato e da audição. Num quadro sucinto esquematizou-se o que é fundamental para uma acessibilidade física por parte de pessoas com deficiência visual, que serão analisadas nos casos de estudo.

⁴⁴ No capítulo Legislação, Normas, Proclamações e Direitos Fundamentais.

⁴⁵ Considera-se mobilidade condicionada uma pessoa com deficiência motora ou sensorial (deficiência visual ou auditiva), crianças, idosos e grávidas.

<p>Acessibilidade urbanística</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sinalética informativa do trajeto para o museu, para facilitar o acesso ao mesmo; • Existência de passeios largos, com pavimento regulado e sem obstáculos (sem pilares e ou baias de delineamento das bermas, sem pilares, publicidades e caixotes no centro dos mesmos); • Colocação de guias com relevo nas bermas dos passeios, de forma a informar a proximidade da berma do mesmo; • Rebaixamento dos passeios na zona de passeadeiras; • Existência de passeadeiras devidamente assinaladas (sinais verticais e se possíveis sinais luminosos adaptados para pessoas com deficiências visuais); • Estacionamento para pessoas com deficiências e para público em geral;
-----------------------------------	---

Espaço interior - Acessibilidade arquitetónica do museu

<p>Exterior</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada dos museus facilmente identificáveis e com pavimento regular; • Sinaléticas do museu recorrendo à escrita acessível⁴⁶, e informativas da planta dos museus e dos pontos fundamentais em bilíngue⁴⁷, braille⁴⁸ e linguagem gestual; • Escadas e degraus assinalados e com guias de relevo. Com o intuito de delinear o seu começo ou fim das escadas,
-----------------	---

⁴⁶ Ver quadro página 42.

⁴⁷ Um Museu deverá apresentar-se sempre como bilíngue, ou seja, deverá conter toda a sua informação escrita e digital pelo menos em duas línguas. A língua do país onde está edificado e a língua Universalmente falada. Contudo caso o museu contenha meios e condições para recorrer a mais línguas não se deve privar do mesmo.

⁴⁸ Braille é um sistema de leitura e escrita que pode ser utilizado por várias línguas, que consiste em caracteres com 6 pontos com relevo. Este método de escrita contém 63 caracteres que complementam numeração, letras e pontuação, bem como a indicação de letras maiúsculas e minúsculas. O braille lê-se de cima para baixo, da esquerda para a direita, podendo-se utilizar ambas as mãos para a realização da leitura. Embora considere-se o sistema braille o método de leitura das pessoas com deficiência visual, esse não é o método de comunicação mais utilizado pelos mesmos. Isso porque é um sistema complexo de aprendizagem e de leitura morosa, além de que as pessoas que cegaram tardiamente ou que ainda possuam alguma acuidade visual têm a percepção do sistema de leitura de texto a tinta, preferindo por isso o sistema de comunicação áudio ou de leitura ampliada.

Interior

- conforme o trajeto do visitante, bem como a terminação dos degraus;
- Rampas também elas recorrendo a utilização de guias com relevo para marcar o início e terminação das mesmas⁴⁹;
 - Percursos tácteis – percursos delineados no pavimento recorrendo a guias de relevo considerável, de forma a que a pessoa possa se guiar autonomamente recorrendo apenas à utilização da bengala;
 - Percursos auditivos – planificação e descrição do trajeto da visita através de um dispositivo áudio previamente disponibilizado pelo museu;
 - Porta de entrada devidamente assinalada, evitar portas de vidro
- Maquetes dos edifícios e mapas tácteis;
 - Sinalética das salas, casas de banho, restaurantes ou cafetarias, loja, elevador, escadas, rampas, portas e receção, recorrendo sempre que possível ao *design* inclusivo⁵⁰;
 - Elevador devidamente assinalado;
 - Iluminação dos vários espaços;
 - Salas amplas e com corredores largos;

Tabela nº4: Acessibilidade Física

Acessibilidade da Informação e Comunicação

O museu contém duas formas de comunicar com os seus visitantes, através do seu espólio e da informação que disponibiliza, como textos de sala, catálogos, *flyers*, legendas etc. que irá complementar o mesmo. Todavia *O público dos museus caracteriza-se pela sua diversidade. No entanto, tem interesses em comum como a*

⁴⁹ Anexo Fotográfico nº 7. Pp.104.

⁵⁰ O *design* inclusivo ou *design universal* – como é mundialmente designado –, consiste em transformar produtos, modos de comunicação, meio-ambientes, etc., em algo esteticamente agradável e acessível a todos os seres humanos, de forma a garantir as necessidades de todos não excluindo ninguém. No caso dos museus torna-se fundamental a adoção do *design* inclusivo, sendo até mesmo considerado um dos paços básicos para a sua acessibilidade universal.

*vontade de querer ver, saber, conhecer e, principalmente, compreender aquilo que vê. Muitos visitantes partilham o sentimento de curiosidade, querem informação, conhecimentos e querem sentir-se incluindo. Mas quando não conseguem perceber ou compreender, ou até mesmo ler, a informação que o museu lhes dá, quando parece que o museu não se lhe dirige, a sensação é de exclusão.*⁵¹ De forma a que o visitante não contenha o sentimento de exclusão e que o mesmo desempenhe o seu papel de instituição (...) ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento⁵² torna-se fundamental a adaptação de uma estratégia acessível a nível do seu espólio, iremos verificar no próximo tópico, e da informação produzida e disponibilizada.

Existem vários passos que a instituição tem de realizar para disponibilizar uma comunicação e informação acessível a todos, seja essa via oral ou a impressa, nomeadamente a simplificação da informação. O museu alberga vários públicos que contêm diferentes tipos de conhecimento sobre a história, arte, religião e cultura geral, por isso torna-se fundamental que durante a realização de um texto que não se recorra a uma linguagem muito técnica ou erudita, como *se os peritos conversassem entre si*⁵³, mas sim uma linguagem clara, simples e concreta, com o rigor científico necessário. É igualmente importante o conforto do visitante na visita, pois esse encontra-se num ambiente possivelmente novo onde puseram em simultâneo objetos, títulos, textos e tabuletas, entre outros, enquanto caminha.

No que respeita a organização da informação, essa deve de ser dividida em dois níveis, inicialmente para o público em geral e posteriormente para um público mais especializado. Primeiro a informação encontrada ao longo da visita e de seguida a informação complementar que poderá ser adquirida pelo visitante. Ou seja, os textos de parede, de sala, de tabelas, legendas, *flyers* e áudioguias deveram conter uma linguagem simplificada, clara e de fácil interpretação. Nos quiosques, websites ou publicações uma informação mais preconizada de forma a complementar as informações disponibilizadas ao longo da visita. A informação complementar pode também ser adquirida numa visita guiada ou áudioguia caso o museu contenha vários tipos de áudioguia como abordaremos no tópico seguinte.

⁵¹ PAULINO, Carla; *Comunicação Para Todos. Estudo de Caso Sobre o Museu Calouste Gulbenkian*, Dissertação de Mestrado em Museologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, setembro de 2009. Pp. 33.

⁵² www.icom-portugal.org/documentos_def.129,161,lista.aspx

⁵³ PAULINO, Carla; *Comunicação Para Todos. Estudo de Caso Sobre o Museu Calouste Gulbenkian*, Dissertação de Mestrado em Museologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, setembro de 2009. Pp. 33 e 34.

De forma a produzir informação acessível realizou-se determinadas normas, essencialmente para a informação disponibilizada ao longo da visita, para a organização do conteúdo e escrita. Em termos de conteúdo cada texto, paragrafo ou frase deverá ser organizado como um todo, contendo uma estrutura clara e lógica. Além disso, deverá iniciar-se sempre pelos tópicos mais importantes e de seguida explorar os mesmos, dando a cada frase uma única ideia. Assim, no caso do visitante não ler o texto na entrega ficará a conhecer a informação fundamental. Para obter este tipo de escrita é necessário que, segundo Lucy Trench, se escreva como um jornalista e não como um erudito⁵⁴. No que respeita a escrita considera-se que essa deverá ser feita em contraste com fundo claro e fonte de letra escuro e sem imagens, onde o título deverá conter entre 1 a 5 palavras, o texto introdutório e tabelas entre 25 a 50 palavras e o texto principal no máximo 150. De forma a simplificar ainda mais a leitura do visitante cada frase não deverá conter mais de 15 palavras, sendo que o ideal será de 8 a 12 palavras, ou seja, entre 50 a 60 caracteres, que deverão conter no mínimo 75 milímetros. No final o texto deverá ser organizado por blocos ou parágrafos justificados à esquerda deixando a margem da direita irregular, centrado apenas, se necessário, três linhas. Em relação a colocação do texto nas salas expositivas, é preciso ter em atenção a sua superfície, altura, iluminação e ângulo. Os textos de parede deverão estar entre os 120 a 170 metros de altura, sendo que o seu centro deverá ser aos 140 metros e as placas entre os 90 a 120 metros. As legendas deverão realizar um ângulo de 45° em relação a estantes e/ou vitrinas, e a um ângulo de 90° caso colocadas na horizontal. No que respeito à superfície onde a informação se encontra exposta, é fundamental que essa seja mate – sem brilho e sem reflexo para não causar transtornos na leitura. Por fim, a iluminação deverá ser entre os 100 e 300 lux, uniforme e de forma a evitar sombras permanentes ou causada pela aproximação dos visitantes.

De forma a simplificar a informação mencionada realizou-se um quadro:

Sinalética do interior dos museus (das salas, casas de banho, restaurantes/ cafetarias, loja, elevador, escadas, rampas, portas, receção, etc.) ⁵⁵	• Percetíveis e utilização do <i>design</i> acessível.
---	--

⁵⁴ TRENCH, Lucy; *O texto na Exposição do V&A*, Rede Portuguesa de Museus, nº 26, Lisboa, dezembro de 2007. Pp. 10-13.

⁵⁵ Anexo Fotográfico nº 10.Pp. 105.

Textos de sala⁵⁶

- Informação sucinta e clara (sem utilização excessiva de termos técnicos), recorrendo à escrita acessível;
- Recorrer a bilíngue, braille e linguagem gestual;
- Facilmente perceptíveis e identificáveis;
- Bem iluminados.

Legendas⁵⁷

- Informação sucinta e clara (sem utilização excessiva de termos técnicos), recorrendo à escrita acessível;
- Recorrer a bilíngue, braille e linguagem gestual;
- Facilmente perceptíveis e identificáveis;
- Facilmente relacionável com o objeto que legenda;
- Bem iluminadas.

Catálogos e *flyers*⁵⁸

- Informação sucinta e clara (sem utilização excessiva de termos técnicos), recorrendo à escrita acessível;
- Recorrer a bilíngue, braille e linguagem gestual;
- Recorrendo ao *design* acessível;
- Fácil aquisição.

Vídeos

- Informação sucinta e clara (sem utilização excessiva de termos técnicos), recorrendo à escrita acessível;

⁵⁶ Anexo Fotográfico nº11. Pp. 106.

⁵⁷ Anexo Fotográfico nº 12, 13 e 14. Pp. 116.

⁵⁸ Anexo Fotográfico nº 2, 3 e 4. Pp. 100.

Áudio guias⁵⁹

Computadores interativos⁶⁰

- Recorrer a bilíngue áudio ou legendas, e linguagem gestual;
- No caso das legendas deve-se recorrer à escrita acessível.
- Com bons contrastas e boa definição.
- Informação sucinta e clara (sem utilização excessiva de termos técnicos);
- Descrições claras com o intuito de facilitar a compressão e visualização do objeto a descrever;
- Recorrer a bilíngue;
- Com boa definição sonora;
- Fácil aquisição.
- Bem localizados;
- Intuitivos;
- Recorrendo à Informação sucinta e clara (sem utilização excessiva de termos técnicos);
- Textos em bilíngue;
- Áudio em bilíngue;
- Linguagem gestual;
- Com boa definição sonora, caso contenha efeitos auditivos;
- Com bons contrastes e definições.

Tabela nº5: Acessibilidade da Informação e Comunicação

De forma a tornara a informação acessível a pessoas com deficiência visual deverá ter-se em conta tudo o que se mencionou anteriormente, acrescentando apenas as especificidades necessárias mencionadas do quadro seguinte:

⁵⁹ Anexo Fotográfico nº 9. Pp.101.

⁶⁰ Anexo Fotográfico nº 7. Pp.101.

<p><i>Impressão standard</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho de letra no mínimo 14 pontos; • Contrastes fortes entre o texto e os suportes; • Não recorrer a texto sobre imagens e/ou diagramas.
<p><i>Margens</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Extralargas para falita a leitura do texto, essencialmente para quem recorre a ampliadores (óticos ou de vídeo); • Recorrer à encadernação em lombada em espiral para melhor manuseamento do suporte.
<p>Tamanho dos caracteres</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Considera-se que o mínimo é 14 pontos, contudo o ideal é entre 16 e 18 pontos; • O tamanho pode vária consoante o tipo de letra utilizado.
<p>Tipo de fonte</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Caracteres serifados dificulta a leitura, evitar por isso tipos de letra como <i>Times New Roman</i>; • Utilizar sempre que possíveis, tipos de letra como a <i>Bold San Serif, Helvética, Times, Roman, Palatino, Century, Universe, Moderne, Calibri, Verdana</i> ou <i>Arial</i>.
<p>Estilo de fonte</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estilo romano sem recorrer a itálicos, oblíquo e negrito.
<p><i>Caracteres</i> Espaçamento entre caracteres</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Espaçamento homogéneo; • Recorrer a tipos de letra com espaçamento entre caracteres legível.
<p>Espaçamento entre linhas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Deve ser, pelo menos, 25% a 30% do tamanho em pontos dos caracteres.
<p>Acabamento da superfície</p>	<p>Texto impresso (livros, revistas, catálogos ou <i>flyers</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem brilho e sem reflexos, evitar por isso o papel brilhante ou lustroso (<i>couché</i>); <p>Texto impresso para superfícies (legendas, textos de sala, sinaléticas, ect.)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evitar-se superfícies polidas; • Utilização de vidro antirreflexo; • Evitar iluminação direta

		para evitar encadeamentos e reflexos.
	Número de caracteres por linha	<ul style="list-style-type: none"> No máximo 50 caracteres por linha.
<i>Alinhamento de texto</i>		<ul style="list-style-type: none"> Deve de estar sempre alinhado a esquerda.
<i>Caracteres tácteis – braille</i>		<ul style="list-style-type: none"> A largura deve corresponder a 60% da letra ou número; A altura deve corresponder a 100% da letra ou número; A espessura do traço deve ser entre 10% a 20% da altura; O braille deve-se encontrara facilmente perecível por pessoas com deficiências visual, recorrendo-se ao contraste.
<i>Imagens</i>		<ul style="list-style-type: none"> Deve ser preferencialmente mate; Bons contrastes e contornes; Boa definição; Se possível deve ser aumentada totalmente ou parcialmente, desde que isso não danifique a definição da mesma; Evitar ilustrações confusas.
<i>Contrastes</i>	Cor dos contrastes	<ul style="list-style-type: none"> Recorrer-se a contrastes fortes entre a letra e o fundo. Assegurar que a cor da letra e do fundo realiza um bom contraste; Evitar letras com cores pálidas em fundos coloridos ou acinzentados; Recorrer a letras de cor clara (branco ou amarelo-claro) em fundo escuro (preto), e não o posto. Contudo o Branco-preto é o melhor contraste que podemos obter para a realização de texto impresso ou digital.

Tabela nº6: Escrita Acessível

Acessibilidade Artística

Segundo a definição de museu este tem responsabilidades educativas, contribuindo assim para o desenvolvimento da sociedade e do indivíduo. Segundo Leonor Betrán *o ser humano muitas vezes esquece-se que é um todo físico, racional, cognitivo, intelectual emocional e espiritual e que o objectivo da educação é alcançar uma visão abrangente de um todo e de uma unidade nesse todo. (...) A arte pelo facto de conter a multiplicidade dessas realidades e universos capazes de acordar, espelhar e revelar ao homem o seu potencial interior, exterior e sobretudo humano, surge como resposta às necessidades da educação na forma da educação artística.*⁶¹ No caso de museus de arte considera-se que o seu objetivo é a educação pela arte, ou seja, tendo o objeto artístico como meio de apreciação e aprendizagem. Para tal torna-se fundamental a criação da acessibilidade artística que tem como principal objetivo, a realização de estratégias para que o visitante contenha uma experiência e aprendizagem artística enriquecedora e facilitada.

No caso das pessoas com deficiência visual, a experiência artística acontece a partir de sensações tátil e/ou auditivo das obras que o museu disponibiliza ao público. Assim, para uma pessoa com deficiência visual *a educação estética não se pode reduzir exclusivamente ao conhecimento nem à informação, sabemos tanto teórica como intuitivamente (experimentalmente) que o contacto com a arte, adequadamente vivido e assimilado, tem a ver com o processo mais íntimo do desenvolvimento pessoal e da personalidade, do que simplesmente com a adaptação social*⁶². O conhecimento artístico é fundamental para a realização pessoal de um indivíduo, adquirindo potencialidades intelectuais como conhecimento cultural, desenvolvimento sensoriais, percepção espacial, etc. Negar este às pessoas com deficiência visual é excluir o potencial que existe em cada uma delas.

O Reino Unido foi o pioneiro a realizar visitas tácteis, em 1970, que consistia em experiências tácteis exclusivamente para pessoas com deficiência visual, como intuito de preservar as peças subjetivas ao toque. Todavia, recentemente as experiências tácteis passaram a ser essencialmente para três tipos de público: pessoas com deficiência visual, crianças e séniores. No entanto, essas são muito apreciadas pelo

⁶¹ ALMEIDA, Pedro; *contribuição da experiência artística para o desenvolvimento de uma consciência pessoal no sujeito com deficiência motora*; Dissertação de Mestrado em Educação Artística pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2009, Lisboa. Pp. 49.

⁶² Idem. Pp. 45 e 46.

público em geral, devido a proximidade com os objetos, tornando a visita mais apelativa. Com a criação de visitas tácteis quebra-se o antigo hábito de conter uma experiência museológica à visão como forma de compreender e desfrutar dos objetos expostos, um exemplo desta prática em Portugal é o Museu Nacional do Azulejo que desde dezembro de 2010 integra um percurso táctil.

Todavia, na década de 80 nos Estados Unidos recorreu-se à descrição áudio para a “visualização” da arte. Inicialmente esse método era utilizado no cinema e no teatro, para que pessoas com deficiência visual compreendessem toda a ambiência visual das peças ou filmes, permitindo-lhes a percepção do espaço, objetos, pessoas e obstáculos. Porém já nas décadas de 50 e 60 o Museu Sedelijk em Amesterdão (Holanda), colocou em prática a utilização de áudioguias. Esta iniciativa levou, consequentemente, a que outros museus seguissem as suas pegadas como o Museu Americano de História Natural em Nova Iorque ou a Pinacoteca do Estado de São Paulo, que em 2006 traduzir algumas das suas obras para o sistema sonoro. Além disso também recorreu a experiências olfativas e gustativas, como foi o caso da obra da artista Anita Malfati (1889 – 1964), *Tropical*⁶³, onde existia várias frutas que foram aromatizadas para que o público desfrutasse de uma outra perspectiva artísticas.

A áudio descrição foi o primeiro método a ser desenvolvido em Portugal. Contudo o seu objetivo não era as pessoas com deficiência visual, mas sim complementar a informação dos objetos ao visitante de uma forma comoda e autónoma, contornando o método tradicional da visita guiada, que também contem os seus constrangimentos como a marcação prévia, horário fixo e a visita em grupo. O Museu Nacional de Arte Antiga, em 2006, recorreu à utilização de áudioguias numéricos⁶⁴ como forma de complementar e tornar a visita interativa. Para tal selecionaram algumas peças que identificaram com um código de barras de forma a que o visitante pode fotografar utilizando um telemóvel, por onde enviaria a imagem para o número facultado, que lhe retribuía com informação complementar sobre a peça selecionada (imagens, vídeos e textos). Além do Museu Nacional de Arte Antiga, também foi verificada esta utilização no Musée des Arts et Métiers, em Paris (França). Todavia, existem mais quatro tipos de áudioguias. O áudioguia infravermelho ou *bluetooth* que necessita da utilização de um aparelho portátil transportado pelo visitante ao longo da visita, em locais previamente designados pelo museu, lhe permite ouvir informação

⁶³ Óleo sobre tela, 1917.

⁶⁴ Os áudioguias numéricos ou com teclas são aparelhos auditivos com informações gravadas, seguindo o percurso do museu. No entanto, o visitante pode recorrer as teclas para avançar ou recuar na informação, fazendo assim o seu próprio percurso.

complementar sobre determinado objeto/s, sala ou época histórica – Museu da Comunidade Concelhia da Batalha e o Museu Nacional do Azulejo; o áudioguia interativo com uma memória mp3 ou mp4, que pertence à categoria de áudioguia numérico; e o áudioguia de chip RFID que se baseia na utilização de etiquetas inteligentes que acionam-se com a aproximação do visitante recorrem à frequência rádio. Estes aparelhos podem ser classificados através da tecnologia utilizada, como já mencionamos, ou através da sua informação, sendo divididos em três categorias: áudioguias padronizados – para o público em geral; áudioguias detalhados – para crianças e seniores; e áudioguias conversacionais – para pessoas com deficiência mental ou visual.

De forma a simplificar as formas de acessibilidade artística para o público com deficiência visual realizou-se um quadro esquemático:

Experiência táctil	<i>Originais⁶⁵</i>	<ul style="list-style-type: none">• <i>Devido a segurança e conservação das obras nem sempre é possível utilizar as obras originais para o toque, tendo-se que verificar bem as condições da mesma para permitir o seu manuseamento;</i>• <i>As peças que devido à sua composição podem ser tocáveis especialmente a escultura. Contudo a pedra, material usual da mesma, contem vários tipos de dureza o que pode condicionar o seu manuseamento;</i>• <i>Para a manuseação das peças pede-se aos visitantes para que retirem pulseiras e anéis, além de conter as mãos lavadas;</i>• <i>De forma a proteger as peças originais possíveis de serem manuseadas pode-se recorrer a utilização de luvas tipo cirúrgicas.</i>• <i>Para proteger as peças de possíveis quedas optasse por a colocação de um resguardo de forma a evitar a sua queda ou minimizar o</i>
--------------------	-------------------------------	--

⁶⁵ Anexo Fotográfico nº 5. Pp. 100.

seu impacto. Esses resguardos podem ser:

- *Colocação de uma bancada mol;*
- *Bases que fixem as peças;*
- *Tabuleiro com espuma, areia ou serradura.*

Réplicas⁶⁶

- Quando existir meios para a realização de réplicas, ainda que a obra pode-se ser sugestível ao toque, essa deve ser realizada;
- A réplica pode ser realizada em vários materiais como o metal, madeira, ferro, preda, plástico, papel e gesso ou utilizando vários materiais. Além disso nos tempos que correm pode-se realizar réplicas com o auxílio da impressão 3D;
- Quando a réplica não é realizada com os mesmos materiais do seu original, devera-se alertar o visitante de tal e dispensar excertos do mesmo, para que a pessoa possa sentir e vivenciar a obra na sua plenitude;
- A superfície do material usado não deverá ser agressiva ao toque para que o visitante consiga manusear a peça facilmente;
- Se a réplica não for à escala do original tal deverá ser mencionado ao visitante. Contudo não deverá ser maior que o braço de uma pessoa adulta de forma a facilitar o manuseamento da peça e consequentemente a sua interpretação;
- A réplica poderá ser maior devido à escala reduzida do original, aumentando-se pormenores; menor devido à escala elevada do objeto original (exemplo arquitetura) ou simplificada para que o visitante tenha uma melhor precessão da obra.

⁶⁶ Anexo Fotográfico nº 6. Pp. 100.

	<ul style="list-style-type: none"> • Tal qual como no caso dos originais a replica, apesar do seu conceito, também tem de ser conservada, por isso, essa tem de ser respeitada pelo visitante que terá que tomar as devidas precauções para com o objeto.
Mala pedagógica ⁶⁷	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar ao visitante um conjunto de objetos que não fazem parte da exposição permanente do museu, mas que facilite a compreensão da mesma.
Diagrama táctil ⁶⁸	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de imagens simplificadas em relevo; • Este método pode ser utilizado para a representação de mapas, plantas arquitetónicas, imagens como figuras bidimensionais e tridimensionais. É bastante útil para tornar a pintura acessível; • Deve-se sempre que possível recorrer a atualização de vários tipos de relevo – riscas horizontais, riscas verticais, pontilhado fio, pontilhado largo, relevo preenchido, cruzelhado, grelhas, etc. de forma a distinguir espaços e/ou cores; • Devem conter sempre uma legenda complementar, essencialmente para especificar os vários tipos de relevo;
	<ul style="list-style-type: none"> • O acervo táctil deve ser facilmente detetável nas salas e previamente assinalada no percurso dos museus
	<ul style="list-style-type: none"> • Os objetos táteis devem transmitir informações claras e objetivas, ou seja deve evitando-se peças com muitos detalhes.
	<ul style="list-style-type: none"> • Os objetos não devem conter dimensões excessivas.

⁶⁷ Numa visita guiada realizada ao Museu do Oriente com um grupo da ARP, essencialmente pessoas com baixa-visão, a guia levou vários objetos complementares a vista para que os visitantes recorressem a outros sentidos além da audição, como o tato e o olfato. Ver imagens em Anexo.

⁶⁸ Anexo Fotográfico nº 8. Pp. 101.

Experiência
auditiva

Áudioguias

- Proporciona informações gravadas sobre uma coleção museológica ou espaço museológico;
- Pode ser utilizado para pessoas com deficiência visual, que deverão ter uma linguagem mais descritiva, ou por parte do público em geral como complemento da visita;
- Não dispensa informações complementares existentes nas legendas e textos de sala;
- Descrição verbal simples e precisa;
- Recorrer aos termos visuais como perspectiva, pontos de vista, primeiro plano, etc. com o intuito de explicá-los;
- Descrever conceitos abstratos como cores através de analogias recorrendo a objetos e ou experiências vividas. A descrição das cores é bastante importante para pessoas com cegueira adquirida tardiamente;
- Recorrer a comparações concretas sempre que possível utilizar comparações do quotidiano;
- Devem ser transportados ao pescoço para que o visitante disponha das mãos desocupadas para se poder deslocar utilizando a bengala e poder disfrutar da visita tátil;
- Os áudioguias só deverão conter auriculares de um só fone, para que o visitante possa ter noção do que se passa em seu redor.

Áudioguias infravermelhos

- O áudioguia funciona de forma automática, contendo um trajeto definido pelo museu;

	<ul style="list-style-type: none"> • O visitante tem a certeza que a descrição que ouve é correspondente à peça visualizada;
Áudioguias numérico	<ul style="list-style-type: none"> • O áudioguia funciona autonomamente para que o visitante planeie o seu próprio trajeto; • O visitante seleciona qual a peça que quer ouvir, podendo saltar obras que não lhe interesse; • Porém este método torna-se confuso para o visitante, essencialmente para o visitante com deficiência visual, por permitir facilmente que o conteúdo áudio não corresponda a peça visualizada
Ambiência sonora	<ul style="list-style-type: none"> • Recriara o ambiente de uma época – música da mesma, espaço – ambiente de um café, atividade – esfolhar um livro, objeto – som de um relógio, ambiente natural – chuva.
Experiência olfativa	<ul style="list-style-type: none"> • Recorrer a utilização de cheiros facilmente detetáveis e que se encontrem presentes na obra, por exemplo aromas de frutas.
Experiência gustativa	<ul style="list-style-type: none"> • Recorrer a utilização de provas de elementos existentes nas obras, por exemplo bebidas. Esta experiência cria ao mesmo tempo uma experiência olfativa.
Visitas guiadas ⁷¹	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição verbal simples e precisa; • Recorrer aos termos visuais como perspectiva, pontos de

⁷¹ Anexo Fotográfico nº 10. Pp. 102.

vista, primeiro plano, etc. com o intuito de explicá-los;

- Descrever conceitos abstratos como cores através de analogias recorrendo a objetos e ou experiências vividas. A discriminação das cores é bastante importante para pessoas com cegueira adquirida tardiamente;
- Recorrer a comparações concretas sempre que possível utilizar comparações do quotidiano;
- Complementar a discriminação com a experiência tátil e ambiência sonora.

Tabela nº7: Acessibilidade Artística

II PARTE

Casos de Estudio

*Um museu é um farol da consciência da social,
um historiador do futuro, uma muralha contra a
escuridão e o desespero, e um templo de elevação do
Homem e, por isso, um museu precisa dialogar com a sociedade.
(Maria Cristina Oliveira Bruno, 2006)*

Para a realização desta segunda parte realizou-se várias visitas aos locais, MNAz e PNA, de forma a realizar visitas individuais, recolher fotografias e informações sobre os mesmos. Bem como, várias reuniões com os responsáveis dos serviços educativos, nomeadamente Doutora Dora Fernandes e Doutora Helena Montiel do MNAz e com Doutora Teresa Marecos do PNA. Contactou-se várias instituições como ACAPO e ARP com a qual realizou-se uma visita guiada, – mesmo sendo em outro contexto museológico (Museu do Oriente) –, e o INE.

Museu Nacional do Azulejo

O Museu Nacional do Azulejo, encontra-se sediado no antigo Convento da Madre Deus⁷² que após a morte da última freira, em 1871, sofreu várias obras de restauro e acolheu várias obras de azulejaria retiradas de outros locais. Cem anos depois, abre portas ao público como o Museu do Azulejo, acolhendo assim uma extensa coleção sobre a história do azulejo. Já a 26 de setembro de 1980, através do Decreto-lei nº404/80, declarou-se o Museu do Azulejo como museu Nacional, deixando assim de pertencer ao Museu Nacional de Arte Antiga, ao qual fazia parte com a designação de anexo, desde 12 de novembro de 1957.

*O Museu Nacional do Azulejo tem por missão recolher, conservar, estudar e divulgar exemplares representativos da evolução da Cerâmica e do Azulejo em Portugal, promovendo as boas práticas de Inventariação, Documentação, Investigação, Classificação, Divulgação, Conservação e Restauro da Cerâmica e, muito em especial, do Azulejo. Integra também a missão do MNAz a salvaguarda patrimonial da igreja e dos demais espaços do antigo Mosteiro da Madre de Deus.*⁷³ Com o objetivo de ser uma referência nacional e internacional, apelando à importância da azulejaria em Portugal e apoiando a formação académica e profissional a respeito do mesmo.

Com a entrada no novo milénio, surgem novas responsabilidades e preocupações, quer para o Museu Nacional do Azulejo, quer para toda a Sociedade.

⁷² O Convento da Madre Deus foi fundado em 1509 pela Rainha D. Leonor, mulher do rei D. João II, exercendo as funções de convento até 1834 – enquanto convento feminino da ordem dos Franciscanos. Todavia, teve várias alterações durante a sua construção, sendo apenas em 1550 construída a Igreja da Madre Deus, a mando de D. João III, e posteriormente decorada entre os séculos XVII e XVIII. Acabando assim, por ser um dos melhores exemplares de talha e azulejo, do barroco português.

⁷³ <http://www.museudoazulejo.gov.pt>

Com a integração de Portugal na União Europeia, começam a surgir responsabilidades sociopolíticas e socioculturais, que até então não eram uma prioridade ou até mesmo discutidas. Começaram a mudando-se assim mentalidades, como temos vindo a analisar ao longo da dissertação. Neste contexto, surge o projeto “Tesouros ao Alcance de Todos” coordenado pela Dra. Clara Mineiro e com o apoio científico da Professora Dra. Josélia Neves, especialista em comunicação acessível. Iniciando-se entre 2004 e 2005 a divisão dos vários tipos de públicos – Famílias, Seniores, Crianças, Pessoas com Deficiências e Estrangeiros – o espaço físico foi o primeiro a readaptar com a construção de algumas rampas, assim como o campo expositivo em que se realizaram algumas réplicas tácteis. No que diz respeito à representação do Museu no universo da *web* realizou-se atualizações no *site* que passou a ser bilingue – inglês e português – e surgiu a primeira aplicação *online*, que poderia ser descarregada através de casa. Todavia, é a partir de dezembro de 2010 que surgem as grandes mudanças que hoje torna o Museu Nacional do Azulejo um grande exemplo de um museu acessível, comemorando assim o Dia da Pessoa com Deficiência – 3 de dezembro.

Até à conclusão dos projetos de integração, o Museu passou por várias etapas. Em primeiro lugar existiu a preocupação física e estrutural do edifício, que acolhia o Museu e de espaço público envolvente. Tendo-se nivelado a entrada do Museu e do passeio em seu redor, criou-se passagens para peões e locais de estacionamento, sendo dois dos cais para pessoas com deficiência, de forma a facilitar o acesso por via pedestre ou por veículos. Reaproveitou-se as rampas outrora construídas, e construiu-se novas, bem como um elevador para aceder ao piso superior. Readaptou-se as instalações sanitárias e o jardim de inverno, junto da cafetaria. Através deste projeto o Museu passou a conter salas e corredores amplos e espaçosos, facilitando a passagem do público, excluindo assim, no percurso da exposição os degraus e desníveis existentes devido às mudanças de salas e de falhas arquitetónicas. De seguida, passou-se para os problemas expositivos, começando pela sinalética, legendas, áudioguias, vídeoguias e réplicas das peças mais importantes do Museu. Sendo desde logo impossível replicar todo o espólio existente neste, não só devido ao elevado custo da realização de réplicas, mas também devido ao espaço expositivo. A existência de réplicas de todas as obras poderia provocar um impacto visual perturbador e confuso. Neste sentido, o Museu aplicou a sinalética visível e clara; uma aplicação com áudiodescrição – em português, inglês e linguagem gestual portuguesa – possível de ser descarregada no Museu, *site* e no Google Play, de forma gratuita; áudioguias em português e inglês de 17 obras tácteis;

18⁷⁴ réplicas tácteis acessíveis para todo o público; vídeoguias em linguagem gestual portuguesas e sistema de signos internacional. Por fim, realizou-se mudanças a nível da comunicação física e web. Até à data de 2016 ambicionava-se realizar um *site*, com o apoio da DGPC, com um software contemporâneo que possibilitasse a introdução de legendas nas imagens destacadas, colocar contraste de cores e facilitar a pesquisa no mesmo. A intenção também seria que este novo *site* permitisse a sua modificação através de *softwares* próprios que realizassem contrastes de cores e/ou aumento de letra, aspetos fundamentais para pessoas com deficiência visual.

O projeto de acessibilidade no Museu Nacional do Azulejo só foi possível devido ao mecenato obtido por várias instituições como o Millennium BCP que colaborou através do financiou, contribuindo assim para alguns restauros e realização de algumas réplicas – produzidas na Oficia do Castelo com o apoio de Susana Barros, concretização dos áudioguias e vídeoguias, a Associação Salvador, ACAPO, Associação para Surdos e Acesso Cultura, que foram fundamentais na concretização do espaço acessível e a Realizamos que fez a aplicação móvel. O Museu teve sempre a participação, ao longo do projeto, de pessoas com deficiência nomeadamente visual, auditiva e motora, para garantir que este ficaria acessível. Pois ainda não existe em Portugal, nenhuma formação ou apoio ao nível da acessibilidade, sendo sempre fundamental recorrer a associações e ao publico em específico.

Após a conclusão dos vários projetos, o Museu Nacional do Azulejo abre portas, em dezembro de 2010, como um museu acessível. No entanto, o trabalho de acessibilidade não termina, há sempre mais a fazer. Neste sentido, o Museu ambiciona tronar a aplicação acessível em mais línguas como em francês, espanhol, mandarim e italiano. Por outro lado, também procura que as suas exposições temporárias sejam elas acessíveis, bem como todos os outros projetos que vão desenvolvendo.

Posto isto, deslocámo-nos ao Museu para realizar duas visitas, uma delas sem recorremos a aplicação descarregada para o meu telemóvel e outra com o auxílio da mesma.

⁷⁴ O MNAz disponibiliza na aplicação *MNAz Museu do Azulejo* 17 réplicas tácteis, porem fisicamente no Museu existem 18 réplicas tácteis.

Acessibilidade Física

O Museu Nacional do Azulejo encontra-se dividido em três pisos, algo que se encontra explícito no site e Museu através de mapas⁷⁵, primeiramente encontramos a entrada deste com a bilheteira, loja, cafetaria e jardim de inverno, de seguida o segundo piso que acedemos através de uma rampa, com a exposição permanente e temporária – quando existente, que ocupa várias alas do antigo convento, e a qual se junta a Igreja Madre Deus, o coro, a Capela de Santo António e a Capela Rainha D. Leonor –, e o terceiro piso, que se acede através de escadas ou elevador, onde se pode encontrar um grande painel de Lisboa antes do Terramoto de 1755. Todas as rampas e degraus existentes no interior do Museu encontra-se devidamente delineados com relevo de forma a ser perceptível o seu início ou fim⁷⁶.

Em relação à estrutura física da exposição é de se referir a notória preocupação na criação de corredores largos e com boa iluminação. Devido à sua estrutura física o MNAz contem bastante luz natural, essencialmente no claustro, todavia de forma a facilitar a iluminação nas salas recorreu-se a paredes maioritariamente brancas em contraste com o piso em pedra ou madeira. No entanto, sempre que necessário utilizou-se fundos azuis ou ocres para contrastar com as obras expostas. Recorrendo-se ao *design* inclusivo, de modo a criar um ambiente esteticamente agradável e facilmente perceptível, dando as condições necessárias para uma visita fácil e apelativa. Com a exceção da Igreja, que devido às suas características não permite tal cuidado. No que respeita à sinalética das salas, instalações sanitárias, restaurantes ou cafetarias, loja, elevador, escadas, rampas, portas e receção, analisa-se que na grande maioria recorre-se ao *design* inclusivo. Na maioria essas encontram-se em retângulos de PVC sobre fundo azul letras brancas (imitando o típico azulejo azul e branco do final do século XVII), à exceção de legendas e alguma informação na Igreja de textos de sala. A informação descrita nas várias sinaléticas corresponde sempre à ordem previamente referida no mapa de cada piso, e em bilingue.

Do ponto de vista negativo, tem que se referir que uma pessoa com deficiência visual que tenha, ainda, dificuldades de locomoção não poderá realizar a visita sozinha. Pois, o Museu não tem percursos tácteis, que permitam a este deslocar-se sozinho nas instalações do Museu apenas com a ajuda da bengala. Além disso, toda a sinalética do Museu, à exceção das 18 obras tácteis e suas respetivas legendas e informações, não se

⁷⁵ Anexo Fotográfico nº 5 e 6. Pp. 103.

⁷⁶ Anexo Fotográfico nº 7. Pp.104.

encontra em braille, estando só em bilingue, apesar de ser possível adquirir as mesmas junto da bilheteira ou loja do mesmo. Existe a possibilidade de se realizar visitas guiadas, com marcação prévia.

Acessibilidade da Informação e Comunicação

Durante a visita ao Museu deparamo-nos com várias formas de comunicação quer escrita, visual ou auditiva⁷⁷, chegando assim a um maior número de visitantes e diferentes tipos de público.

A informação escrita pode ser adquirida antes de entrar no Museu através do *site* da instituição ou no próprio através de *flyres* disponíveis na bilheteira, livros na biblioteca e/ou loja do mesmo, ou no próprio espaço expositivo com os textos de sala e legendas. No que respeita ao *site* este encontra-se em bilingue – português e inglês. O mesmo está dividido por tópicos como “Visite o MNAz”, “O MNAz”, “Exposições e Atividades”, “Coleções e Investigações”, “Recursos Online”, “Mecenas”, “Amigos do MNAz” e “Loja”. Neste, à parte das informações básicas e fundamentais como horário de funcionamento, valor da bilheteira e localização da instituição, é possível obter conhecimentos sucintos e breves da história do Museu; da exposição que esse alberga permanentemente e temporariamente, dando indicação do plano cultural do Museu; das investigações e colaborações que este patrocina ou colabora; obter o mapa do edifício, visualizar fotografias; descarregar um *flyer* do museu; e a aplicação do áudioguia e vídeo guia.

Já nas instalações do Museu encontra-se duas realidades distintas. A informação das 18 réplicas tácteis com legendas e textos próprios, e a restante exposição. Ambas respeitam o conceito de escrita acessível, outrora explicado, todavia as 18 obras replicadas encontram-se sempre acompanhadas de legenda, breve contexto histórico e descrição da obra. Como exemplo iremos analisar a réplica do ***Retábulo de Nossa Senhora da Vida***. Neste painel a informação vem toda descrita em português e braille. Lendo o mesmo da esquerda para a direita deparamo-nos com a legenda da obra original com título, autor, local e data. De seguida a réplica em forma de relevo da estrutura arquitetónica do retábulo, também ela legendada como tal. E por fim, do lado direito da representação táctil um breve resumo descritivo sobre as dimensões do retábulo original, das suas representações e história.

⁷⁷ O Museu Nacional do Azulejo integra, como já referimos, vídeo guias, no entanto este tema não será explorado por não se enquadrar no tema da presente dissertação.

“Este painel é composto por 1.498 azulejos e tem 5m de altura por 4.65m de largura.

É considerado uma das obras-primas da azulejaria portuguesa pelo rigor dos desenhos e variedade de tonalidades.

O original imita um retábulo (1) com pintura, escultura e arquitectura.

No cimo da pintura da Anunciação com uma janela no meio. Ao centro está a Adoração dos Pastores, como uma pintura emoldurada. De um lado e de outro, as figuras de São João e São Lucas parecem esculturas dentro de nichos entre cortinas. Em baixo a pintura lembra cantaria (2) decoração com pontas de diamante.

Pensamos que foi executado por Marçal de Matos para a Igreja de Santo André, em Lisboa, praticamente destruída pelo terramoto em 1755.

(1) Retábulo – Construção de madeira ou pedra por trás e/ou por cima do altar com painéis pintados ou em baixo-relevo.

(2) Cantaria – Pedra trabalhada de forma a construir blocos geométricos para utilização na construção de edifícios.”

Neste texto destaca-se as informações que dizem respeito ao original, de forma a dar ao visitante a noção de como esse é, sendo notório um certo equilíbrio no texto, de forma a recorrer-se só a termos técnicos quando necessário e utilizando de forma clara a sua definição. Contudo, neste texto, em particular, também deveria se ter definido o que é considerado um nicho.

Na restante exposição a informação escrita encontra-se em bilingue – português e inglês, e sempre com contrastes – branco/preto ou azul/branco. Existem então três formas de escrita no museu: nas salas títulos referentes ao tema da sala – exemplo sala do século XX; textos de sala em placas de PVC– exemplo **Sala de D. Manuel**; e junto das respetivas obras as legendas e/ou descrição da obra – exemplo **Painel de Azulejos de Padrão de Camélias** e o **Presépio da Madre de Deus**. No texto de sala da **Sala de D. Manuel** lê-se um comentário histórico do espaço e dá-se orientações expositivas, que passo a citar em português:

“A salda de D. Manuel corresponde ao espaço da nave da igreja primitiva do Convento da Madre de Deus.

Este espaço quinhentista foi profundamente alterado entre 1872 e 1899, no decorrer da campanha de obras então realizadas, tendo-se perdido a memória da sua função original. O teto foi rebaixado e decorado

a madeira revestida do neo-manuelino e as paredes revestidas com azulejos do século XVIII.

Destacam-se nas paredes laterais, os painéis de temática franciscana, provenientes do convento de Santa Ana, em Lisboa, de autoria de Manuel dos Santos, um dos mais importantes pintores do chamado “Ciclo dos Mestres” (1690-1725), período áureo da azulejaria portuguesa.”

Com é visível o texto é claro, simples e conciso, bem como de fácil leitura. No entanto, o deveria ter existido cuidado em explicar ao visitante termos como neomanuelino, tal como se realizou nas descrições das réplicas tácteis. Nas legendas das obras da exposição permanente encontra-se os seguintes tópicos: legenda; local e ano; material; proveniência; e número de inventário para o Museu. Exemplo:

“Painel de azulejos de padrão de Camélia

Camellia pattern azulejo panel

Lisboa | Lisbon c. 1660-1680

Faiança policroma | Polychrome faience

Proveniente | Provenance, Convento de Nossa Senhora da Esperança,

Lisboa

MNAZ, Inv. n.º 147 Az”

Quando necessário a instituição recorreu a sub-legendas das peças, exemplo disso é o **Presépio da Madre de Deus** que devido à sua grande dimensão existe a necessidade de dividir a legenda em nove fases, ilustrada com um desenho do contorno das figuras dividido nove cores. Cada uma contem o nome das peças/figuras representadas, proveniência, data e número de inventário.

Ainda no campo da comunicação falta referi os áudioguias que o Museu disponibiliza através da aplicação “MNAz – Museu do Azulejo” disponível no Google Play Store, compatível com a versão android ou no *iTunes*. Estando assim disponíveis para todo o público 33 entradas de áudiodiscrições, das quais 17 são respetivas às réplicas tácteis, 7 sobre a história da azulejaria no decorrer dos séculos, 7 sobre o Convento da Madre de Deus e 2 sobre o Museu. As 17 obras replicadas estão no primeiro piso *Mosaico de chão enxaquetado; Painel de azulejos de padrão mudéjar, Azulejo com esfera armilar, Painel de N.ª Sr.ª da Vida; Painel de azulejo com “ponta de diamante”, Azulejo com padrão de camélia, Frontal de altar*; no segundo piso: *Escadaria de S. Bento, Azulejo de figura avulsa, Lição de Dança, Registo de N.ª Sr.ª do Carmo, Azulejo de padrão pombalino, História do Chapeleiro, Padrão com gafanhotos, Labirinto, Painel de azulejo enxaquetados*; e no terceiro piso *Painel da*

Vista de Lisboa. No que respeita ao Convento descreve-se no primeiro piso o **claustro**, a **Capela da Rainha D. Leonor**, **Coro Baixo**, **Igreja** e **Claustrim**; no segundo piso a **Capela de Stº António** e **Coro Alto**. Por último, existem duas descrições sobre o Museu dando informações sobre os espaços existentes no mesmo como a biblioteca especializada, a loja e a cafetaria/restaurante. O áudioguia encontra-se organizado cronologicamente seguindo assim a linha de visita do Museu, começando com uma breve explicação histórica do Convento Madre de Deus e Museu Nacional do Azulejo, contudo o visitante pode escolher fazer a visita seguida ou adaptá-la às suas necessidades. E ainda nessa introdução explica o que levou a instituição a elaborar o áudioguia e a funcionalidade do mesmo.

A informação é disponibilizada ao visitante por duas vozes *uma voz masculina dar-lhe-á informação sobre a história da azulejaria em Portugal desde os seus primórdios até à actualidade, ilustrada pelas várias peças da coleção; e uma voz feminina, lembrando as freiras que aqui viveram, irá conduzi-lo através da história dos vários espaços do Convento. Ouvirá informação detalhada sobre as peças e os espaços mais importantes do Museu. A informação inclui Audi descrição para que visitantes cegos ou com baixa visão possam fruir da experiência na companhia de familiares ou amigos.*⁷⁸ De forma a alertar o visitante de que se encontra perante uma réplica táctil, nas introduções descritivas das mesmas, após a anunciação do título da obra ouve-se um som (semelhante a uma campainha). A par de toda a informação histórica existe, ainda, em cada entrada uma envolvimento ao ambiente da época ou ao local onde azulejo foi realizado. Como exemplo temos a entrada 6 do mesmo sobre o piso 1 “Azulejo de padrão mudéjar” ao qual se atribuiu uma ambiência muçulmana devido à sua origem, ou a entrada 2 do piso 1 “Claustro” com um ambiente da natureza, demonstrando ao visitante que se encontra ao ar livre. Com isto, apela-se aos vários sentidos, dando ao visitante a possibilidade de recriar e experienciar a época e/ou circunstâncias em que as obras analisadas vivenciaram, tornando assim a visita mais completa.

Apesar de todos os aspetos positivos, importa referir, que no contexto da acessibilidade informativa é notória a existência de dois tipos de públicos-alvo. De forma a tornar essa barreira mais diminuta, o Museu deveria preocupar-se em colocar legendas braille em todas as peças da exposição permanente, para que o público com deficiência visual, essencialmente as pessoas cegas, não ficasse limitado a 18 obras tácteis. Deveria, ainda, realizar uma manutenção nos textos em braille colados nas superfícies, pois com o tempo e manuseamento ganham bolhas que dificulta a sua

⁷⁸ Informação transcrita de audioguia MNAZ, entrada número 1, piso 1, Boas-vindas e introdução.

leitura. Assim, como é de tal modo “discriminatório” a falta de tradução para inglês da informação referida nos painéis tácteis. Também consideramos que alguns contrastes, ou falta deles no caso das tabuletas de PVC translúcidos, dificultam a leitura do público com deficiência visual, como é o caso do painel informativo da Sala de D. Manuel. Ainda no contexto dos textos de sala, importa destacar que a altura a que se encontra por vezes o texto em português não permite que as pessoas com baixa visão o consigam ler. No que respeita ao áudio guia à que referir que os sensores estão na sua maioria localizados em sítios de difícil acesso, dificultando a sua ativação por parte do visitante com deficiência visual, quando não se encontra acompanhado. Em relação à informação transmitida no áudio guia é necessário referir a troca de informação entre a entrada 4 “*Mosaico de chão enxaquetado*” e 5 “*Azulejaria na 1.ª metade do séc. XVI*”, e a entrada 10 “*A azulejaria no séc. XVII*” e 11 “*Padrão ponta de diamante*” algo que deveria de ser corrigido o mais brevemente possível, de forma a não confundir nem baralhar o visitante. É possível concluir que a informação dada sobre o Convento é mais completa e descritiva do que a das respetivas obras, dificultando assim a compreensão de pessoas com deficiência visual.

Acessibilidade Artística

Durante a visita ao MNAz pode-se verificar que as réplicas tácteis e áudio guias são ferramentas utilizadas por todo o público, permitindo que o público com deficiência visual possa usufruir de pelo menos 18 peças de todo o espólio do Museu, e dinamiza as visitas do público em geral. As 18 obras de azulejaria selecionadas e replicadas – em cerâmica, representam vários períodos da história da azulejaria nacional e internacional, de forma a dar ao público o conhecimento das várias transformações que o azulejo foi sofrendo ao longo dos tempo. No Museu existe também uma maquete da Igreja Madre de Deus – realizada em madeira, que permite ao visitante visualizar a estrutura e organização do espaço arquitetónico onde se encontram, não foi de todo realizada com o intuito de ser tateada. Assim, de forma a analisar a acessibilidade artística do MNAz iremos trabalhar única e exclusivamente as 18 peças tácteis⁷⁹ e o áudio guia das mesmas.

As obras réplicas são bastante dispares entre si, existindo obras bastante complexas com representações religiosas ou de natureza morta, como é o caso do

⁷⁹ Contudo, importa referir que, devidamente informado, o Museu autoriza o manuseamento de peças originais, tendo em linha de conta a durabilidade e resistência do azulejo. Todavia, este ponto levanta questões que não irão ser abordadas nesta dissertação.

“Painel N.^a S.^a da Vida”⁸⁰ e “Cozinha de Fumeiro”⁸¹ respetivamente, ou meramente geométricos, como é exemplo os “Mosaicos de chão enxaquetados”⁸². Por isso cada obra replicada poderá ter uma ou até quatro réplicas. Exemplo disso é obra “Labirinto”⁸³ apesar de ser uma obra praticamente geométrica composta por 30 azulejos quadrados, onde 29 são linhas retas azuis sobre fundo branco, e 1 com a imagem de um anjo ao centro do painel, a mesma encontra-se dividida em 3 réplicas. Lendo o painel acessível⁸⁴ da esquerda para a direita, deparamo-nos à esquerda um baixo-relevo da figura do anjo, composto por 1 peça, e em baixo um baixo-relevo das linhas composto por 4 peças; à direita um baixo-relevo do centro do painel onde se pode verificar a união das linhas com o anjo, composto por 9 peças. Já em contrapartida a obra “*Nossa Senhora do Carmo*” uma obra bastante complexa realizada em Coimbra entre 1770 e 1780, de estilo Rococó, que deveria ter sido dividida em vários baixos-relevos tal como a obra anterior. Todavia foi representada por um baixo-relevo de uma peça⁸⁵, que demonstra o formato da moldura que face à época passam *a ser assimétricas e com recortes complexos, como concheados e folhagem, inspirados no trabalho da madeira talhada*⁸⁶ eliminando-se as figuras e paisagem presentes na obra original. Existem também obras onde se realizou baixo e altos-relevos como é o caso do “*Painel de Azulejo enxaquetados*”⁸⁷, este painel inspirado em azulejos do século XVI do Palácio Nacional de Sintra, é composto por azulejos de formato losangular, quadrangular e retangular, criando profundidade no painel de onde se destaca cubos e paralelepípedos. Dessa forma destaca-se a geometria da mesma no painel acessível, nesse encontramos três réplicas, na parte superior duas réplicas de baixo-relevo, onde se verificar a obra completa e um pormenor da mesma, na parte inferior um alto-relevo que transparece o efeito 3D da obra original. Por último, pode-se ainda encontra réplicas com várias texturas para se distinguir cores como é o caso das réplicas do “*Azulejo com esfera armilar*”⁸⁸. Nesta obra deparamo-nos com uma réplica em alto-relevo da esfera armila; uma réplica em baixo-relevo da esfera armilar com quatro texturas,

⁸⁰ Anexo Fotográfico nº 16. Pp.108.

⁸¹ Anexo Fotográfico nº 26. Pp.111.

⁸² Anexo Fotográfico nº 23. Pp. 110.

⁸³ Anexo Fotográfico nº 24. Pp. 110.

⁸⁴ Designa-se por painel acessível as estruturas que o MNAz colocou junto das obras replicadas com as mesmas.

⁸⁵ Anexo Fotográfico nº 20. Pp.109.

⁸⁶ Informação transcrita de áudioguia MNAZz entrada número 24, piso 2, Registo de N.^a Sr.^a do Carmo.

⁸⁷ Anexo Fotográfico nº 24. Pp. 110.

⁸⁸ Anexo Fotográfico nº 15. Pp. 107.

legendada por pequenos quadrados texturados e pintados, de forma a se destacar as cores representadas no painel original; no canto superior direito do painel acessível 4 peças em baixo-relevo com esferas armilares exemplificando a obra original.

No que respeita à acessibilidade artística através da informação dispensada nos painéis acessíveis ou áudioguias é importante o enquadramento histórico e descritivo realizado de forma breve e sucinta, ficando assim o áudioguia mais completo. Porém, existem algumas falhas como:

- Falta de orientação geográfica, no caso da descrição do espaço arquitetónico;
- A indicação de uma linha de leitura das obras;
- Maior recorrência a comparações do dia-a-dia, para que seja mais fácil para o visitante compreender o objeto/episódio representado;
- Discrição de termos como pagote chinês ou balastro;
- Descrever o número de azulejos da obra original e das peças da réplica.

Em suma, o que referir em relação aos painéis acessíveis deveriam encontra-se fixos ao chão de forma a não ser passível a sua deslocação através de movimentos mais bruscos. Seria também pertinência a colocação junto das réplicas tácteis, de escalas indicativas da diferença da medida do original para a réplica. Bem como de amostras dos diversos materiais desenhados nas obras, como madeira, mármore, vidro, ou até mesmo pequenos objetos como a camélia, diamante, entre outros. E sempre que possível recorrer a uma discrição mais profunda mencionando-se o número de figuras representadas em cada cena, as cores, o ambiente envolvente, as vestes, etc.

Quando um Museu comunica com o público através do seu espólio e informações disponibilizadas, depara-se com muitos percalços devido à panóplia de públicos que o visita ou poderá vir a visitar, por isso o Museu tem de ser moldável de forma a atingir o maior número de pessoas possível. Assim, apesar das várias falhas apontadas até então pode-se considerar que o Museu Nacional do Azulejo encontra-se acessível ao público com deficiência visual.

Palácio Nacional da Ajuda

A construção de um palácio real, surge como consequência do trágico terramoto de Lisboa de 1755, que arrasa o Paço da Ribeira, residência real na época. Com a sobrevivência da família real à catástrofe vivida, em novembro, a mesma busca a construção um local mais seguro para a construção da sua habitação. Nesse seguimento D. José I manda erguer o Real Paço de Nossa Senhora da Ajuda (Real Barraca), em Belém/Ajuda. O local foi selecionado devido à sua baixa sismicidade, e construído em madeira para uma maior resistência a abalos desta natureza. Esta construção foi a residência permanente da família real durante três décadas, todavia, em 1794, durante o reinado de D. Maria I a Real Barraca é destruída por completo num incêndio, sendo necessário proceder-se à construção de uma nova habitação para a família Real. No mesmo local da Real Barraca, Manuel Caetano de Sousa, arquiteto das Obras Públicas, inicia a construção de um novo palácio real em pedra e cal, de forma a prevenir uma nova catástrofe. Essa construção daria origem ao Palácio Nacional da Ajuda (PDN).

O Palácio da Ajuda teve vários momentos de construção, acompanhando as várias épocas artísticas do tempo. Iniciado em 1796, no reinado de D. João, com o estilo Barroco e acabando por se adaptar à corrente neoclássica, em 1802, com os arquitetos Francisco Xavier Fabri e José da Costa e Silva. O Palácio é hoje uma obra inacabada devido às diversidades económico-políticas que o país foi vivendo ao longo dos anos. As salas do Palácio são um exemplo do gosto da burguesia do século XIX, realizados por Joaquim Possidónio Narciso da Silva. O Palácio da Ajuda enquanto monumento surge a 16 de junho de 1910, quando é declarado como Monumento Nacional. Mas é em 1968, que abriu ao público como casa-museu⁸⁹, e na década de oitenta, passou a declarar-se como uma instituição museológica no panorama nacional e internacional. Como museu, o Palácio Nacional da Ajuda esteve sujeito a intervenções, com o intuito de reconstruir a residência real. Todavia, o Palácio desde a sua edificação até à atualidade não deixou os laços com as altas instâncias, sendo *Cenário dignificante das cerimónias protocolares de representação de Estado, o Palácio da Ajuda desempenhou sempre essa função desde os primeiros tempos até aos dias de hoje. É nessa condição*

⁸⁹ *A casa-museu deverá reflectir a vivência de determinada pessoa que, de alguma forma, se distinguiu dos seus contemporâneos, devendo este espaço preservar, o mais fielmente possível, a forma original da casa, os objectos e o ambiente em que o patrono viveu*5 (PINA 2001: 4), ou no qual decorreu qualquer acontecimento de relevância, nacional, regional ou local, e que justificou a criação desta unidade museológica. (antoniofonte.files.wordpress.com)

que o Palácio Nacional da Ajuda continua a emprestar o seu brilho às cerimónias da Presidência da República, para além de constituir um dos mais importantes museus de artes decorativas do país.⁹⁰ Nas instalações do Palácio encontramos o Museu PNA, a Biblioteca da Ajuda, a Galeria da Pintura do rei D. Luís I, a Secretaria de Estado da Cultura e a Direção Geral do Património Cultural.

O Museu PNA tem a missão de estudar, *a conservação e restauro, a valorização e a divulgação das colecções da Casa Real que constituem os seus acervos, bem como manter a autenticidade dos seus interiores enquanto residência histórica. Para tal, apresenta um programa de acções de cariz pedagógico e interpretativo para o público numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida das diferentes colecções de arte, do edifício e seu enquadramento histórico, bem como um espaço de realização de actividades de reconhecido interesse cultural. A visão vem a ser um museu de referência europeu, enquanto antiga residência real, pelos trabalhos desenvolvidos em torno do estudo e divulgação das suas colecções*⁹¹. A fim de desempenhar a sua missão os Serviços Educativos do museu, constituído por Dra. Teresa Valente, Dra. Cristina Neiva Corrêa, Dra. Maria do Carmo Rebelo Andrade, Dra. Maria Isabel Falcão e o Dr. João Mendes, iniciam, na década de noventa, um projeto que tinha como intuito a construção de visitas guiadas em percurso aberto⁹², priorizando a cativação e fidelização dos públicos, *sobretudo os escolares, formação de professores e proporcionar visitas orientadas com temas específicos e diferenciados*⁹³. Nesse sentido realizaram duas vistas orientadas à coleção permanente do Museu “O Quotidiano da Família Real” e “Um Dia de Gala no Paço da Ajuda”, ambas adaptadas consoante as necessidades educativas dos grupos. A par dessas, foram também planeadas e realizadas visitas orientadas de carácter temporário como: “No rasto de tesouros reais”, em 1991; “No tempo real: coleção de relógios do Paço da Ajuda”, em 1996; e “Safari no Museu e Sonhos de uma noite de verão”, em 2001. Os serviços educativos criaram também em 2000 um teatro de fantoches, realizado até *hoje*, sobre o quotidiano da família real, de

⁹⁰ <http://www.palacioajuda.gov.pt/pt-PT/palacio/hoje/ContentDetail.aspx>

⁹¹ MEIRELLES, Luciana Menegoni; *Palácio Nacional da Ajuda: um mundo a visitar*, Dissertação de Mestrado em Museologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2016. Pp.15.

⁹² A importância do conceito de visita guiada em circuito aberto, deve-se ao facto de até à data de 1990 as visitas realizadas no Palácio Nacional da Ajuda serem realizadas de sala em sala, onde as mesmas eram abertas e fechadas consoantes a transição do grupo.

⁹³ MEIRELLES, Luciana Menegoni; *Palácio Nacional da Ajuda: um mundo a visitar*, Dissertação de Mestrado em Museologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2016. Pp.19.

forma a cativar o público mais jovem. Ainda no tempo de Dra. Teresa Valente, o museu dá os seus primeiros passos no que respeita ao público com necessidades especiais, travando contatos com instituições – ACAPO, Escola Helen Keler (HK) e a APIA⁹⁴. Atualmente, os serviços educativos do Palácio Nacional da Ajuda é compostos por Dra. Teresa Silves Lopes Marecos, Dra. Maria de Fátima Vasconcelos Patacho e quatro voluntário formados na área da educação, que realizam as visitas guiadas.

Os serviços educativos do Palácio, começam a ter uma maior preocupação sobre a acessibilidade do acervo museológico e arquitetónico do Museu. Existindo projetos de acessibilidade para que pessoas com deficiência visual possam usufruir do mesmo. Para tal, o Museu conta com o apoio da HK e ACAPO. O Museu deliniou várias fases de ação, primeiro realizaram-se visitas guiadas com alunos da HK e respetivos professores, com o intuito de se verificar as dificuldades que os mesmo sentiam no espaço. De seguida passou-se ao desenvolvimento de quatro desenhos em relevo⁹⁵, amostras de diversos materiais como a seda, madeira, veludo e porcelana; um folheto A4 em braille, com informação resumida das salas e de como recorrer aos materiais tácteis. Colocou-se também, a possibilidade de se colocar peças originais, por exemplo esculturas, disponíveis ao toque, através da utilização de luvas extrafinas, disponibilizadas pelo Museu. Ainda no campo da acessibilidade, projetou-se a readaptação da sinalética do Museu e realização de uma réplica da Coroa Real, recorrendo à impressora 3D. No campo da informação e comunicação o Museu, tenciona atualizar o seu *site* para que se trone acessível, tendo para isso o mecenato e parceria do Dr. Professoro Carlos Martins, do Instituto Nacional de Reabilitação. Um exemplo claro da preocupação do PNA no público com necessidades especiais, foi a exposição de Joana Vasconcelos que, levou ao museu naquele ano 235 mil visitantes. Nessa os serviços educativos realizaram visitas guiadas para pessoas com deficiência visual, deficiência motora e necessidades especiais.

⁹⁴ A Associação de Proteção à Infância da Ajuda (APIA), surge em 1975, mas só em 1983 foi legalizada como uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Esta associação fornece respostas educativas no âmbito de berçário, creche e pré-escolar, atingindo assim crianças dos 4 meses aos 6 anos de idade, na Freguesia da Ajuda.

⁹⁵ A escolha das imagens a serem reproduzidas em relevo coube a Dra. Teresa Silves Lopes Marecos que levou à aprovação da direção. A reprodução das obras em relevo é bastante complexa, sendo apenas realizadas 4 réplicas em alto-relevo – sendo uma delas o Trono Real da Sala do Trono –, pois é necessário decompor a imagem para que essa fique o mais simplificada possível, sem perder o caráter artístico que a define. Além disso, é necessário ter em conta o contorno utilizado. Este trabalho foi realizado em parceria com uma voluntária aguarelista formada na Academia de Belas-Artes.

Acessibilidade Física

O PNA situa-se no Largo da Ajuda, tendo uma vista deslumbrante sobre o Tejo. A sua localização favorece o visitante, pois o lago é bastante vasto facilitando o estacionamento de viaturas. Existe também uma paragem de autocarro⁹⁶ com percursos diários, exceto aos domingos e feriados. Na Calçada da Ajuda, rua que passa nas traseiras do Palácio, existe também a paragem do elétrico⁹⁷, o mesmo encontra-se encerrado aos domingos e feriados e durante o mês de agosto.

A entrada do Palácio é realizada pelo Largo da Ajuda e encontra-se toda ela forrada com a típica calçada portuguesa, tornando o piso irregular. O acesso ao Museu é realizado por breves degraus cobertos por uma longa tapete vermelha⁹⁸ que termina na Sala dos Archeiros. Neste espaço, o visitante depara-se com a loja/bilheteira, onde pode adquirir vários artigos de *merchandising*, informações, *flyers*, catálogos etc. sobre o Museu. É possível ver ainda, a maquete do projeto do Paço da Ajuda, dos arquitetos Costa Silva e Francisco Xavier, cerca de 1802⁹⁹, a mesma encontra-se encerrada numa vitrine. À esquerda dessa sala inicia-se o percurso da visita e do lado direito termina o mesmo.

O Museu alberga importantes coleções de artes decorativas do século XV ao século XX – ourivesaria, joalheria, têxteis, mobiliário, vidro, cerâmica, escultura, pintura, gravura e fotografia, organizadas por 30 salas e dividida por dois pisos – o piso térreo e o andar nobre. A exposição museológica do Museu baseia-se na exposição de uma casa-museu, estatuto outrora atribuído à instituição. Como já foi referido uma casa-museu, deve refletir *a vivência de determinada pessoa*¹⁰⁰, neste caso a da família real, essencialmente D. Luís I e D. Maria Pia e respetivos filhos. Deste modo, o visitante experimenta o quotidiano da realza portuguesa. Existem várias casas-museus e palácios em Portugal, porém não existe nenhuma norma expositiva para esses. Assim, deparamo-nos com casas-museus que delineiam um trajeto de visita, obrigando o visitante a circular sempre num local específico, como o caso em estudo, ou casas-museus que permitem ao visitante, circular livremente pelas salas, como a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, em Lisboa. A delimitação do trajeto no Palácio tem os seus prós e

⁹⁶ Autocarro 732 – Marquês de Pombal a Castel, CARRIS.

⁹⁷ Elétrico 18E – Cais Sodré a Cemitério da Ajuda, CARRIS.

⁹⁸ Anexo Fotográfico nº 1. Pp.112.

⁹⁹ Anexo Fotográfico nº 17. Pp.117.

¹⁰⁰ <https://antonioponte.files.wordpress.com/2008/05/microsoft-word-texto.pdf>, pp. 5.

contras, como a salvaguarda e conservação das obras, essencialmente das tapeçarias que assim não são pisadas e danificadas. Porém a colocação de barreiras físicas – cordas e acrílicos¹⁰¹ – vão contra o conceito de proximidade que o público procura ao visitar um museu, dificultando assim a apreciação, usufruto e estudo das obras expostas. Especialmente obras de menor dimensão ou mais trabalhadas com as porcelanas, ourivesarias, estatuetas, esculturas e algumas pinturas. O acesso ao segundo piso é realizado por escada ou elevador. Existem duas grandes escadarias, constituídas por cinco vãos de escadas¹⁰², uma junto da loja/bilheteira do Museu, por onde se termina a visita, e outra no final da exposição do piso térreo. O elevador encontra-se junto da loja/bilheteira¹⁰³. O piso do trajeto da visita encontra-se coberto por passadeira vermelha presa por varões metálicos dourados, à exceção da escadaria que conduz à saída. No Museu existe ainda o elevador da rainha que liga os diferentes pisos entre si, todavia esse encontra-se encerrado ao público, sendo apenas utilizado pelo Presidente da República, membros da família real ou figuras de Estado. Esse é um grande exemplo de engenharia da época, todo ele forrado a madeira trabalhada, rodeado por bancos de veludo e enormes espelhos.

No que respeita à luminosidade, as salas do Palácio estão todas decoradas ao gosto da época, tendo por isso os tetos e paredes cobertos com várias matérias como seda, essencialmente de tonalidades escuras (na Sala do Trono¹⁰⁴) pintura mural ou quadros gigantes (Sala Grande de Espera), pintura escura (Capela D. Maria Pia¹⁰⁵) ou outro tipo de matérias (como na Sala de Mármore¹⁰⁶), o que torna as mesmas bastantes escuras, contrastando com os grandes janelões, dando assim bastante harmonia às mesmas. Sempre que necessário o museu recorreu à luz artificial para manter uma boa iluminação no espaço.

Em suma, o PDN tem algumas lacunas no que respeita à acessibilidade física para pessoas com deficiência visual. Como a calçada portuguesa junto da sua entrada e escadaria de acesso, que tornam o piso irregular dificultando a locomoção das pessoas seniores e com deficiência motora e/ou visual. Já no interior do Museu, o visitante com deficiência visual encontra algumas dificuldades na sua locomoção como falta de guias, para que o mesmo se possa guiar, algo que poderia ser solucionado se as baias que

¹⁰¹ Anexo Fotográfico nº 10. Pp. 115.

¹⁰² Anexo Fotográfico nº 2. Pp. 113.

¹⁰³ Anexo Fotográfico nº 6. Pp. 114.

¹⁰⁴ Anexo Fotográfico nº 20. Pp. 118.

¹⁰⁵ Anexo Fotográfico nº 18. Pp. 117.

¹⁰⁶ Anexo Fotográfico nº 21. Pp. 119.

delimitam o trajeto do Museu estivessem ao nível do chão. A utilização da tapete vermelha também dificulta a locomoção, isto acontece, porque a tapeçaria acaba por encobrir desníveis e irregularidades existentes no piso, além disso para o visitante com deficiência visual torna-se impercetível a existência de uma mudança de divisão. Deforma a colmatar essa lacuna, nas visitas guiadas para pessoas com deficiência visual pede-se às mesmas para que, sempre que transitem de sala, levem as mãos às aduelas das portas. O Museu contém ainda disponível uma cadeira de rodas, um trepa escadas, uma rampa desmontável, e instalações sanitárias próprias para pessoas com deficiência.

Acessibilidade da Informação e Comunicação

Antes de chegar ao PDN o visitante pode recolher informações sobre o mesmo no seu *site*¹⁰⁷, que se encontra em bilingue (português e inglês. O *site* rege-se por um *design* acessível utilizando fundo branco azul com letras pretas e recorre a várias imagens do espaço museológico, sempre que oportuno. Encontra-se organizado por tópicos como “Palácio”, “Coleções”, “Galeria Virtual”, “Estudos”, “Serviços Educativos”, “Biblioteca Ajuda”, “Publicação PNA”, “Amigos” e “Actividades”, onde o visitante pode obter informações sobre a história, coleção permanente do PNA, atividades e exposições temporárias existentes ou planeadas para o Museu, e informações sobre o Palácio e coleção, que poderá ser adquirida pelo visitante na loja. No *site* é possível encontrar também informações como localização, horário, acordos com instituições, *staff* e bilheteira. É de se salientar que no tópico “Coleções”, onde o visitante pode descobrir um pouco das obras existentes no museu, vem referenciado a plataforma MatrizNet¹⁰⁸ que atua como um complemento à informação retida no *site* do PDN, entre outras instituições museológicas portuguesas.

O PNA tem vindo nos últimos anos, a trabalhar em prol da acessibilidade do mesmo, sendo um dos pontos de partida o *site* onde se pode verificar o seguinte texto:



ACESSIBILIDADE

A afixação do Símbolo de Acessibilidades não garante que este sítio seja 100% acessível. Contudo, a utilização deste símbolo demonstra, um esforço

¹⁰⁷ www.palacioajuda.gov.pt

¹⁰⁸ O MatrizNet consiste numa base de dados *online* gerida pela DGPC, onde se disponibiliza informações sobre textos, imagens, vídeos das coleções dos museus e palácios tutelados pelo Instituto dos Museus e da Conservação.

em aumentar a acessibilidade deste sítio em conformidade com a Resolução do Concelho de Ministros N.º 97/99 sobre a acessibilidade dos sítios da administração pública na Internet pelos cidadãos com necessidades especiais.

Assim, as páginas deste sítio web, nomeadamente os seus textos e imagens, tentam satisfazer os pontos de verificação da prioridade 1 (nível de conformidade A) definida nas Directrizes de Acessibilidade do Conteúdo da Web do W3C. Os conteúdos multimédia que, eventualmente, não cumpram os requisitos de acessibilidade da W3C não são parte essencial da componente informativa do sítio web.

Estamos cientes de que a mera satisfação destes critérios não garante por si só o fácil acesso a todos os nossos conteúdos. Por isso, convidamo-lo a enviar comentários e sugestões ao e-mail do Palácio.

Foram criadas várias teclas de atalho de forma a facilitar a navegação dentro do sítio. Para aceder a esses atalhos basta pressionar a tecla ALT mais a letra de atalho no caso do sistema operativo Windows. No caso do sistema operativo MAC basta pressionar a tecla CONTROL mais a letra de atalho.

Para os utilizadores do navegador Internet Explorer é necessário pressionar a tecla ENTER após a tecla de atalho de forma a activar a ligação.

INTERNET EXPLORER: alt + tecla + enter

MOZILLA: alt + tecla

OPERA: maiúsculas + esc + tecla

NETSCAPE: alt + tecla

O sítio web disponibiliza um conjunto de teclas de atalho para facilitar o acesso a zonas do sítio web tipicamente mais frequentemente acedidas pelos visitantes. As teclas de atalho que se seguem foram testadas usando o sistema operativo Windows e os navegadores Internet Explorer e Mozilla:

- Área de Conteúdos (Alt+1) – permite efectuar a navegação directamente para o início da zona de conteúdos da página do sítio web actual

- Motor de Pesquisa (Alt+2) – permite efectuar a navegação directamente para a zona de pesquisa do sítio web

- *Menu Principal (Alt+3) – permite efectuar a navegação directamente para o início do menu principal do sítio web*¹⁰⁹

Quando chegamos ao Palácio encontramos várias informações ao longo do percurso, começando pela sinalética em bilíngue¹¹⁰ escrita em letras brancas sobre placas de fundo cinza-acastanhado, que orientam o visitante ao longo da visita. De seguida, em cada sala pode-se encontrar textos de sala e legendas. A maioria das salas do Palácio encontra-se com o mesmo esquema na exposição da informação, que passa por tabuletas no início das mesmas¹¹¹. Nestas, podem-se consultar várias informações como o título das salas, um breve resumo histórico do espaço e/ou época. Alguns textos estão acompanhados por um esboço do espaço, sendo exemplo disso a sala “Antigo Quarto da Cama do Rei”¹¹². Tal como a sinalética esta informação também se encontra escrita com letras brancas sobre fundo cinza-acastanhado, em português. As salas contêm também uma caixa de três compartimentos¹¹³ onde se encontra as legendas das peças mais emblemáticas e respetivas fotografias. Essas estão em folhas A4 plastificadas de fundo branco escrito a preto, em três línguas (português, inglês e francês¹¹⁴). Através das legendas os visitantes obtêm várias informações como o título ou designação da peça, local e data em que foi feita, material, autor, descrição da mesma e, em alguns casos, um resumo do percurso da mesma. Exemplos:

Sala “Quatro de Cama do Rei”

Reposteiro

França (?), Séc. XIX (2ª metade)

Lã, algodão

Trata-se dos reposteiros originais deste quarto cama. Retirados por volta da década de 1940, e guardados em reserva, foram restaurados e recolocados no seu lugar original.

Cão

China, Dinastia Qjng, período Qjanlong (1736-1795), c. 1750

Porcelana branca decorada esmaltes vermelho ferro, verde e ouro

¹⁰⁹ www.palacioajuda.gov.pt/pt-PT/acessibilidade/ContentDetail.aspx

¹¹⁰ Anexo Fotográfico nº 9. Pp. 115.

¹¹¹ Anexo Fotográfico nº 11. Pp. 116.

¹¹² Idem.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Anexo Fotográfico nº 12. Pp. 116.

É ainda possível ler:

“Tabelas de sala para consulta no Palácio Nacional da Ajuda

Por favor voltar a colocar a tabela no respectivo suporte”

bem como um segundo texto de sala. Apesar do esquema expositivo do Palácio reger-se como uma casa-museu, tal não permitiu a exposição de todas as peças, assim de forma a conseguir expor um maior número desses recorreu-se à utilização de algumas vitrinas ao longo da visita, como na entrada da Sala de Jantar. No caso das vitrines a informação é composta por legendas agrupadas em folhas A4 brancas escritas a preto, no início das mesmas¹¹⁵. Existem algumas peças que devido ao seu local expositivo, se encontram sugestíveis ao toque, assim o Museu para zelar pelas mesmas colocou placas de fundo branco e escritas a preto, em bilíngue (português e inglês), a solicitar ao visitante que não toque nessas¹¹⁶. Além de toda a informação que o visitante encontra ao longo da visita, esse pode adequar junto da loja/bilheteira folhetos, *flyers* e livros sobre a exposição permanente e/ou temporárias existentes no Palácio.

A “Capela Maria Pia”¹¹⁷ têm um tipo de legenda, texto de sala diferente, acompanhando as normas da época contemporânea. Pois, essa sala foi recentemente aberta ao público, após restauros custeados pelo mecenato da Fundação Millennium BCP. No que respeita à organização do espaço expositivo respeitou-se a mesma linha que o restante Palácio, ou seja, uma casa-museu. Recorreu-se assim à delimitação do espaço através de baias em acrílico onde se gravou textos de sala, legendas das obras ali expostas e um esquema do altar¹¹⁸. Ainda nessa sala é possível encontrar pinturas acompanhadas por legendas em tom preto sobre placas cinzas.

No que respeita à acessibilidade da informação o PNA segue o conceito da escrita acessível. Todavia, pessoas com deficiência visual não conseguem ainda usufruir do espaço museológico sem recorrer ao auxílio de terceiros e/ou das visitas guiadas, organizadas pelos serviços educativos do mesmo. Não existe também no museu audioguias, após testes concluiu-se que os aparelhos falhavam devido às paredes

¹¹⁵ Anexo Fotográfico nº 13. Pp. 116.

¹¹⁶ Anexo Fotográfico nº 15 e 16. Pp. 117.

¹¹⁷ A Capela Maria Pia foi construída no final do século XIX pelo arquiteto Miguel Ventura Terra, a mando da rainha Dona Maria. Esta sala do Palácio Nacional da Ajuda desde 1910 que se encontrava fechada ao público, levando o mesmo a questionar a sua existência, tendo em linha de conta o catolicismo vivenciado em Portugal. Porém, com a ajuda do mecenato da Fundação Millennium BCP, este espaço sofreu obras de restauro e uma reorganização do espaço, para que o mesmo tivesse um carácter museológico. Com a abertura deste espaço ao público em 2014, o Palácio ganha um novo ponto de paragem obrigatório e consegue expor pela primeira vez a pintura de El Greco, *Santa Face de Cristo*.

¹¹⁸ Anexo Fotográfico nº 19. Pp. 118.

grossas do espaço. No entanto, como já foi referido no início deste caso de estudo, os serviços educativos do Museu, encontram-se a desenvolver projetos de acessibilidade onde constata-se a criação de um folheto A4 em braille com informação sobre o Palácio e espólio. Apesar da relevância e importância dessa medida é de se referir, que pessoas com deficiência visual não sabem na maioria todas ler braille ou consideram o mesmo desconfortável, sendo por isso importante a criação de uma base para recolha de informação através do áudio. Destaca-se que na maioria dos textos, apesar de claros e breves, contém uma letra bastante pequena ou com pouco contraste – como o caso das legendas e texto de sala da Capela Maria Pia. Nesse sentido seria importante o Museu dispensar lupas aos visitantes com dificuldades de visão.

Acessibilidade Artística

Como já foi referido anteriormente, o Palácio integra várias coleções de arte decorativa, pintura, escultura e, sem descora, a própria arquitetura do mesmo. O seu grande espólio e a sua forma expositiva, acabam por ser uma barreira no campo da acessibilidade artística. Começando por apontar a impossibilidade de aproximação da maioria das peças, que dificulta a apreciação das mesmas, levando por vezes a que passem despercebidas; a baixa luminosidade de salas como a Sala de Bilhar e a Sala dos Cães, bastantes escuras devido à coloração das paredes; a falta de um mapa que ajude o visitante a orientar a sua visita; a inexistência de painéis interativos, de forma a tornar a visita menos monótona; a impossibilidade de realizar visitas recorrendo a uma audioguia; a colocação de sinalética em determinadas obras com as seguintes inscrições “Por favor não tocar/Please don’t touch” ou “Por favor não sentar/Please do not sit”¹¹⁹. Todavia, os serviços educativos do PNA trabalham diariamente em prole de uma melhor acessibilidade ao espólio do Museu, tendo criado várias visitas guiadas de cariz permanente como “O Quotidiano da Família Real” realizada no piso térreo, “Um dia de Gala no Paço da Ajuda” realizada no andar nobre, e um teatro de fantoches sobre o quotidiano da família real para o público jovem, “A Escultura Viva” realizada no piso térreo, “Visitas sensorial” *para Cegos e Amblíopes, uma visita táctil de exploração de diversas peças das coleções de arte decorativa*¹²⁰ e visitas de cariz temporário. Contudo, o Museu tem noção das dificuldades que o visitante encontra no

¹¹⁹ Anexo Fotográfico nº 15 e 16. Pp. 117.

¹²⁰ <http://www.palacioajuda.gov.pt/pt-PT/servicoeducativo/outrospublicos/ContentDetail.aspx?id=362>

decorre da visita, abrindo por isso exceções, como possibilitar o toque de algumas esculturas, mobílias ou mesmo das sedas que cobre as paredes em várias salas do Palácio, para que os seus visitantes possam usufruir da visita, especialmente pessoas com deficiência visual. Possibilita também a aproximação de obras retirando as divisórias, exemplo disso foi a exposição de caráter temporário, de 2013, “Joana Vasconcelos no Palácio Nacional da Ajuda”. Além disso, como já foi referido, o palácio em conjunto com HK, ACAPO e Instituto Nacional de Reabilitação encontra-se a desenvolver vários projetos de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais. Algo bastante importante para o presente estudo.

Ao longo dos projetos de acessibilidades os serviços educativos do PNA realizaram várias visitas guiadas com alunos e professores da HK, com o intuito de avaliar as maiores dificuldades que esses sentiram ao visitar o Museu. Com isso a instituição delineou planos de ação, que, tal como se tem vindo a referir passam por realizar desenhos, de quatro obras, em relevo e a réplica 3D da coroa real portuguesa. Em paralelo, a instituição, também ponderou colocar obras originais disponíveis ao toque, através da disponibilização de luvas em látex extrafinas, e realização de várias amostras de materiais utilizados no Museu, como sedas, madeiras, pedras. É importante, que se proceda à seleção das obras a tornar acessíveis seja por importância histórica ou por pelo artista que a realizou, para que o Museu não se torne confuso e novamente inacessível. A colocação de réplicas tácteis e/ou obras originais, e disponibilização de vários materiais torna a visita ao Museu mais interativa, cativando assim vários públicos e faixas etárias. Essa iniciativa possibilita ao visitante apreciar e analisar as obras através de perspetivas diferentes, às que por norma os museus oferecem. Por fim, é de se referir as traduções para braille. Ao contrário das réplicas que deveriam ser cuidadosamente escolhidas, a informação deverá ser traduzida na íntegra. Quanto mais informação os visitantes consigam obter ao longo da visita, melhor será para o visitante, permitindo-o compreender e entender o que se encontra perante ele. No entanto, como já referimos é uma grande lacuna para a instituição a inexistência de áudioguias, vídeos ou painéis interativos que partilhem informação por via áudio e para pessoas com deficiência auditiva via gestual.

*As barreiras causadas por ambientes inacessíveis impedem a mobilidade e o acesso à informação, levando a muitas pessoas com deficiências visuais sejam impedidas de sair das suas casas*¹²¹. Todavia, o PNA não se quer rever nessa afirmação, estando a trabalhar na sua acessibilidade a todos os níveis. Pode-se assim concluir que o PNA no que respeita á acessibilidade contem ainda um longo caminho a percorrer.

¹²¹ MESQUITA, Susana Maria Vasconcelos; *A acessibilidade de Museus Europeus para Deficientes Visuais*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo pela Universidade de Aveiro, 2011. Pp. 27.

Conclusão

*Ao contrário do que se pensa as pessoas com deficiência representam uma percentagem expressiva da população europeia e, conforme é evidenciado por alguns estudos realizados noutros países, uma fatia do consumo de serviços turísticos. Ao mesmo tempo, é reconhecido que o potencial de crescimento deste segmento de consumidores é elevado na justa medida em que a acessibilidade a estes bens e serviços está ainda fortemente condicionada por barreiras físicas e sociais. Remover essas barreiras afigura-se, pois, como a uma importante oportunidade para intensificar a representatividade deste mercado.*¹²² A acessibilidade não é apenas para pessoas com deficiência visual, essa também irá facilitar outros sectores como o público jovem e sénior. A correlação desses com as pessoas com deficiência, intensificam ainda mais a necessidade de acessibilidade cultural. Posto isto, verifica-se que as primeiras medidas surgem de instituições associativas e governamentais, nacionais ou internacionais, que tomaram consciência da necessidade da mudança. Toma-se medidas legislativas, criam-se projetos e programas, reedifica-se DFH, criam-se normas de igualdade, o dia e AEPD, etc. Embora medidas como estas sejam um despertar para a acessibilidade, não servem de nada se não forem postas em prática na sua plenitude. No entanto, existe um grande obstáculo, a sociedade. Para que se alcance uma sociedade inclusiva e acessível é necessário mudar-se mentalidades, e incutir na mesma a responsabilidade pela inclusão. Segundo o Manual Novos olhares sobre a deficiência¹²³ realizado pela APD a mudança das mentalidades é *o degrau mais difícil de subir*. Todavia verifica-se mudanças na inclusão e a acessibilidade tornando-se algo para *todo os cidadãos, (...) permite a qualquer pessoa comunicar, compreender ou alcançar o que necessita em qualquer ambiente.*¹²⁴

Possivelmente o responsável por estas mudanças, tenha sido o crescente aumento de pessoas com deficiências ao longo dos tempos, bem como a estimativa do seu aumento num futuro muito próximo. Estudo realizado pela agência Touche Ross¹²⁵, em 1993, demonstram que 11% da população da União Europeia (EU) contém

¹²² FELICIANO, P.; *Contributos para uma Política de Reabilitação das Pessoas com Deficiência*; secretariado para a Reabilitação das Pessoas com Deficiência, Lisboa 2005. Pp. 60

¹²³ ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES, *Manual – Novos olhares sobre a deficiência*, 2010.

¹²⁴ Idem. Pp.30.

¹²⁵ MESQUITA, Susana Maria Vasconcelos; *A acessibilidade de Museus Europeus para Deficientes Visuais*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo pela Universidade de Aveiro, 2011. Pp. 13.

deficiência e um outro estudo¹²⁶, de 2003, demonstra um aumento de 3,5%, passando assim a ser 14,5% da população com idade ativa – pessoas entre 16 e os 64 anos de idade – têm deficiência. Atualmente, 650 milhões de pessoas contém algum tipo de deficiência, número que está previsto aumentar nos próximos 40 anos. Posto isto, verifica-se que as pessoas com deficiência não são uma minoria. Em Portugal um estudo realizado em 2001¹²⁷ demonstra que 6,10% da população tem uma deficiência¹²⁸, onde 1,60% são deficientes visuais, sendo a tipologia de deficiência mais elevada, em 2010, esse número aumentou para 5.5%¹²⁹. De momento encontra-se a decorrer, com o apoio do Diretor da APEC, Henrique Portugal, e Universidade Nova de Lisboa (UNL), um novo estudo sobre os deficientes invisíveis em Portugal, que decerto tornou a aumentar. Contudo, o aumento respeitante a 2001 para 2010 é bastante significativo para fundamentar uma tese sobre o tema.

Importa referir, que no decorrer da presente dissertação existiram bastantes dificuldades na recolha da informação, tendo sido maioritariamente documentos publicados na internet ou em revistas, dissertações, instituições museológicas nacionais e internacionais, sobretudo de museus brasileiros e ingleses. Estas dificuldades são sentidas também no que respeita à formação das instituições museológicas e, em especial, para os serviços educativos, sobre a acessibilidade, sendo esse conhecimento adquirido por investimento próprio e partilha de conhecimentos entre instituições. O mesmo se pode afirmar em relação à concretização de réplicas acessíveis, realizadas, algumas delas, por artistas plásticos (também eles sem formação específica), no caso do MNAz. As instituições em estudo de forma a colmatar estas lacunas, travaram conhecimentos com instituições sociais, de forma a delinear planos de ação rumo à acessibilidade. Ao longo da dissertação realizou-se várias visitas a museus como o Museu da Cerâmica de Caldas da Rainha e Museu Oriente - onde se acompanhou uma visita acessível para pessoas com deficiência visual, Museu Nacional de Arte Antiga, Museu Nacional dos Coches. Essas experiências, ajudaram a compreender as dificuldades que pessoas com deficiência visual têm ao deslocar-se fora da sua rotina diária. Assim, conclui-se a

¹²⁶ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência: Plano de Ação Europeu*, Bruxelas, 30 de outubro de 2003. Pp.7.

¹²⁷ MESQUITA, Susana Maria Vasconcelos; *A acessibilidade de Museus Europeus para Deficientes Visuais*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo pela Universidade de Aveiro, 2011. Pp. 15.

¹²⁸ Anexo Gráfico 1. Pp. 92.

¹²⁹ Anexo Gráfico 2. Pp. 92.

necessidade que é estudar a acessibilidade dentro e fora do espaço museológico, de forma a facilitar a ida ao museu. Todavia, não era possível estender mais do que a preferência dos mesmos, de forma a não perder o objetivo da dissertação.

Todavia, no que respeita aos casos em estudo, pode-se concluir, ainda, que para analisar a acessibilidade museológica, não nos podemos apenas focar na acessibilidade artística, pois essa só é possível em conjunto com a acessibilidade física e acessibilidade da informação e comunicação. Ou seja, de nada serve a criação de obras táteis, se as mesmas não se encontrarem acompanhadas de informação acessível, e se a deslocação dentro das instituições não foi de fácil acesso. Isto porque *Ao contrário da vista que capta a informação de uma só vez num processo global, o tacto actua sequencialmente para captar a informação. Deste modo, requer uma quantidade de tempo mais alargada de análise. A percepção efectuada através deste sentido precisa de ser educada pois não é uma capacidade inata das pessoas com deficiência visual. Por conseguinte, a pessoas que cegaram na infância ou na adolescência possuem melhor destreza tátil em relação aos que cegaram tardiamente. Por outro lado, necessita de indicações básicas que lhe garanta decifrar conteúdos. Sem estas muito dificilmente conseguirá perceber a definição de uma peça que nunca tenha percecionado, pois aquilo que efectua na maioria dos casos é o reconhecimento das sensações tácteis já experimentadas*¹³⁰. além de que o campo da acessibilidade museológica é importante para todos, isso porque não são apenas pessoas com deficiência que iram beneficiar de um espaço acessível, pelo contrário. A acessibilidade facilita a visita de crianças, famílias, escolas, idosos, estudantes e pessoas com deficiência. Isso acontece porque, a simplificação do espaço através de uma arquitetura acessível, irá facilitar a deslocação de qualquer um pelo mesmo. Como conclusão, pode-se ainda referir que a comparação das duas instituições é de momento desvantajosa, tendo em conta que o MNAz já realizou o seu plano de acessibilidade e o PNA encontra-se a desenvolvê-lo. Todavia, conseguimos perceber que existem normas de acessibilidade que funcionam como ferramentas base que serão adaptadas e trabalhadas consoante os espaços expositivos, peças e pessoas.

¹³⁰ MARTISN, Patrícia Isabel Sousa Roque; *A Inclusão pela Arte: Museu e Públicos com Deficiência Visual*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia pela Faculdade de Belas-artes da Universidade de Lisboa, 2008. Pp. 97 e 98.

Bibliografía

ALMEIDA, Pedro; *contribuição da experiência artística para o desenvolvimento de uma consciência pessoal no sujeito com deficiência motora*; Dissertação de Mestrado em Educação Artística pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2009, Lisboa.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES, *Manual – Novos olhares sobre a deficiência*, 2010.

Atas do colóquio APOM, *Museu para que?*; Associação Portuguesa de Museologia, Lisboa novembro de 1975.

BRUNO, Maria Cristiana Oliveira; *Museologia e Museus: Os Inevitáveis Caminhos Entrelaçados*; Cadernos de Sociologia nº25, 2006. Pp. 5 – 20.

CAMPOS, Vinício Stei; *Elementos de museologia: história dos museus*.

CARLAN, Cláudio Umpierre e FUNARI, Pedro Paulo; *Património e colecionismo: algumas considerações*. Revista Magistro, nº1, 2010.

CASANOVA, Taciana; *Coleções, Memórias e Poder: análise de dois museus pelotenses*. Pelotas, junho de 2010.

COHEN, Regina, DUARTE, Cristina Rose e BRASILEIRO, Alice; *Ambiências Museais Inclusivas e Pessoas com Deficiência no Brasil: Acessibilidade, Universalidade e Sensorialidade*; Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Pp. 187 – 201.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência: Plano de Ação Europeu*, Bruxelas, 30 de outubro de 2003.

DECRETO Assembleia da República nº46/2006 “D.R. I Série-A”. 165 (28-8-2006) 6210 – 6213.

DECRETO Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses nº47/2004 “D.R. I Série-A”. 195 (19-8-2004) 5379 – 5394.

DECRETO Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social nº 163/2006 “D.R. I Série-A”. 152 (8-8-2006) 5670 – 5689.

DECRETO Ministério do Trabalho e da Solidariedade nº118/99 “D.R. I Série-A”. 87 (14-4-1999) 1996 – 1997.

DECRETO Ministério da Solidariedade e Segurança Social nº129/1997/A “D.R. I Série-A”. 118 (22-5-1997) 2540 – 2544.

DECRETO Presidência do Conselho de Ministros nº126/2011/A “D.R. I Série-A”. 249 (29-12-2011) 5516-(2) – 5516-(14).

DESPACHO Direcção-Geral do Património Cultural nº78/2012 (25-7-2012).

FELICIANO, P.; *Contributos para uma Política de Reabilitação das Pessoas com Deficiência*; secretariado para a Reabilitação das Pessoas com Deficiência, Lisboa 2005.

FERNADES, João Eduardo; *A deficiência visual e o acesso à cultura e À informação*; in *Africana – Centro de estudos africanos e orientais*, Universidade Portuguesa, Porto, 2008.

GOMES, Bruno Araújo; *Lagoa Henriques – O Colecionador e a Casa-Museu*; Tese de Mestrado em Museu e Museografia, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2012

ICOM, Direção da Comissão Nacional Portuguesa do; *Os Museus Portugueses no Início da Segunda Década do Século XXI – Desafios para a XI Legislatura*, 30 de novembro de 2009.

JANEIRA, Ana Luísa; *A configuração epistemológica do colecionismo modernos (século XV-XVIII)*. Episteme, Porto alegre nº20, janeiro de 2005.

JORNAL OFICIAL DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, 18 de dezembro de 2000. Consultado em www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf.

JORNAL OFICIAL DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Ano Europeu das Pessoas com Deficiência*, 19 de dezembro de 2001. Consultado em eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32001D0903&from=MT.

MARTINS, Bruno Sena; *Transgressão corporal e cegueira: representações dilacerantes*; in *Antropologia Portuguesa vol.22 – 23*, Universidade de Coimbra, 2005 e 2006.

MARTINS, Cláudia; *A Acessibilidade Museológica – O Caso do Museu do Abade de Baçal*. Pp. 383 à 404 disponível em bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/11659/3/acessibilicademuseologica-MAB-ultimaversao.pdf (15-05-2016).

MARTINS, Patrícia Isabel Sousa Roque; *A Inclusão pela Arte: Museu e Públicos com Deficiência Visual*, Tese de Mestrado em Museologia e Museografia pela Faculdade de Belas-artes da Universidade de Lisboa, 2008.

MARSHALL, Francisco; *Epistemologia históricas do colecionismo*. Episteme, Porto alegre nº20, janeiro de 2005.

MEIRELLES, Luciana Menegoni; *Palácio Nacional da Ajuda: um mundo a visitar*, Tese de Mestrado em Museologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2016.

MESQUITA, Susana Maria Vasconcelos; *A acessibilidade de Museus Europeus para Deficientes Visuais*, Tese de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo pela Universidade de Aveiro, 2011.

- NEVES, Ana Fernanda; *Os direitos das pessoas com deficiência no direito da União Europeia*; in Resista da Faculdade de Direita da Universidade de Lisboa nº1 – 2, Universidade de Lisboa, 2010.
- NEVES, José Soares, SANTOS, Jorge Alves e Nunes, Joana Saldanha; *IV Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas*; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de junho de 2008, Lisboa.
- PAULINO, Carla; *Comunicação Para Todos. Estudo de Caso Sobre o Museu Calouste Gulbenkian*, Dissertação de Mestrado em Museologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, setembro de 2009
- PINA, Ivone Coutinho e FERNANDES, Nádía; *Aprender a Ver*, Associação de Retinopatia de Portugal, Lisboa, janeiro de 2010.
- SILVA, Michel Platini Fernandes; *Coleção, Colecionador, Museu: entre o visível e o invisível. Um estudo acerca da Casa de Cultura Christiano Câmara em Fortaleza, Ceará*. UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, fevereiro de 2010
- SIMÕES, Jorge Falcato e BISPO, Renato; *Design Inclusivo: Acessibilidade e Usabilidade em Produtos, Serviços e Ambientes: Manual de apoio às Acções de Formação do Projecto Desing Inclusivo*, Lisboa, 2003.
- TRENCH, Lucy; *O texto na Exposição do V&A*, Rede Portuguesa de Museus, nº 26, Lisboa, dezembro de 2007. Pp. 10-13.

Webibliografia

- antonioponte.files.wordpress.com consultado em 2018.
- dre.pt consultado em janeiro de 2014.
- dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos consultado em 2014 e 2015.
- epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes consultado em janeiro de 2014.
- en.unesco.org consultado em janeiro de 2014.
- eur-lex.europa.eu consultado em janeiro de 2014.
- europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/disability_and_old_age/c11414_pt.htm consultado em janeiro de 2014.
- turismoadaptado.wordpress.com consultado em junho de 2014.
- www.acapo.pt consultado em novembro de 2013.
- www.disability-europe.net consultado em fevereiro de 2014.
- www.disabled-world.com consultado em fevereiro de 2014.

www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7628#Estrategia consultado em janeiro de 2014.

www.icom-portugal.org consultado em maio de 2014.

www.ine.pt consultado em 2016.

www.inr.pt consultado em agosto de 2015.

www.who.int/en/ consultado em janeiro de 2014.

www.museudoazulejo.gov.pt consultado em 2017.

<http://www.palacioajuda.gov.pt> consultado em 2017 e 2018.

<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/legislacaodeficiente/declaracaode-madrid-2002.pdf> consultado em 2014 e 2015.

www.retinaportugal.org.pt/novo_site/index.php/site/ consultado em novembro de 2013.

www.un.org/en/ consultado em janeiro de 2014.

Anexos

Índice

- Anexos Documentais-----página 88
- Anexos Gráficos-----página 91
- Anexos Fotográficos-----página 98
 - Museu Nacional do Azulejo-----página 102
 - Palácio Nacional da Ajuda-----página 112

Anexos Documentais

Excertos da Declaração de Madrid, 2002

Excerto 1¹³¹:

- a) “**Não** às pessoas cm deficiência como objectos de caridade ... **Sim** às pessoas com deficiência como detentores de direitos
- b) **Não** às pessoas com deficiência como pacientes ... **Sim** às pessoas com deficiência como cidadãos independentes e consumidores.
- c) **Não** aos profissionais que tomam decisões em nome das pessoas com deficiência ... **Sim** a uma tomada de decisão e de responsabilidade independente pelas pessoas com deficiência e suas organizações sobre as matérias que lhe dizem respeito.
- d) **Não** ao colocar a tónica unicamente sobre as incapacidades individuais ... **Sim** à eliminação de barreiras, à revisão das normas sociais, das políticas, das culturas e à promoção de um ambiente acessível e sustentável.
- e) **Não** ao etiquetar das pessoas com dependentes ou não empregáveis ... **Sim** À ênfase das aptidões assim como a disponibilização de medidas efectivas de apoio.
- f) **Não** ao desempenho de processos económicos e sociais para alguns ... **Sim** ao desempenho de um mundo flexível para todos.
- g) **Não** a uma segregação desnecessária na educação, no emprego e outras esferas da vida ... **Sim** à integração das pessoas com deficiência nas estruturas regulares.
- h) **Não** a uma política de deficiência como um assunto que diga respeito a ministérios específicos ... **Sim** à inclusão da política da deficiência como uma responsabilidade coletiva de todo o governo.”

¹³¹<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/hocadownload/legislacaodeficiente/declaracaodemadrid-2002.pdf>
consultado em 2014 e 2015.

Excerto 2¹³².

“As autoridades públicas devem dar o exemplo e, por conseguinte, devem ser os primeiros, mas não os únicos, a desenvolver estas medidas:

- Rever o âmbito actual de aplicação dos dispositivos legais Comunitários e nacionais destinados a combater as práticas discriminatórias no domínio da educação, do emprego e do acesso aos bens e serviços.
- Proceder à investigação das restrições e das barreiras discriminatórias que limitam a liberdade das pessoas com deficiência de participar plenamente na sociedade e tomar todas as medidas necessárias para remediar a situação.
- Rever os serviços e os sistemas de apoios para assegurar que estas políticas ajudem e animem as pessoas com deficiência a permanecer e/ou a tornarem-se parte integrante da sociedade em que vivem.
- Empreender investigações sobre a violência e o abuso cometido contra as pessoas com deficiência, particularmente em relação às pessoas com deficiência que vivem em grandes instituições.
- Reforçar a legislação sobre acessibilidade para assegurar que as pessoas com deficiência tenham o mesmo direito de acesso que os restantes cidadãos a todas as infraestruturas públicas e sociais.
- Contribuir para a promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência à escala mundial, participando activamente nos trabalhos de redacção de uma Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência;
- Contribuir para a situação das pessoas com deficiência nos países em desenvolvimento, introduzindo a integração social das pessoas com deficiência nos objectivos propostos pelas políticas de cooperação para o desenvolvimento tanto europeias como nacionais.”

¹³²<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/hocadownload/legislacaodeficiente/declaracaodemadrid-2002.pdf>
consultado em 2014 e 2015.

Anexos Gráficos

Gráficos

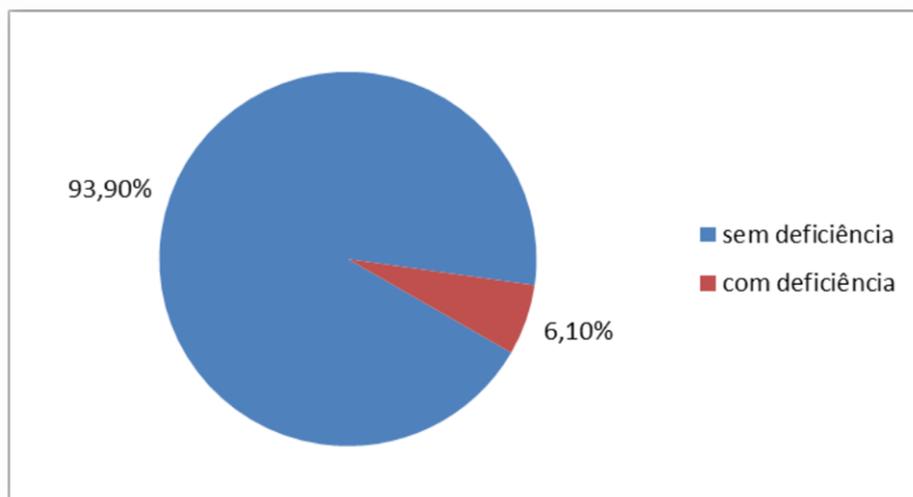


Gráfico 1 – População com e sem deficiência em Portugal em 2001, INE, 2002. Retirado da Tese de Mestrado de Susana Maria Vasconcelos Mesquita; *A acessibilidade de Museus Europeus para Deficientes Visuais*, Universidade de Aveiro, 2011.

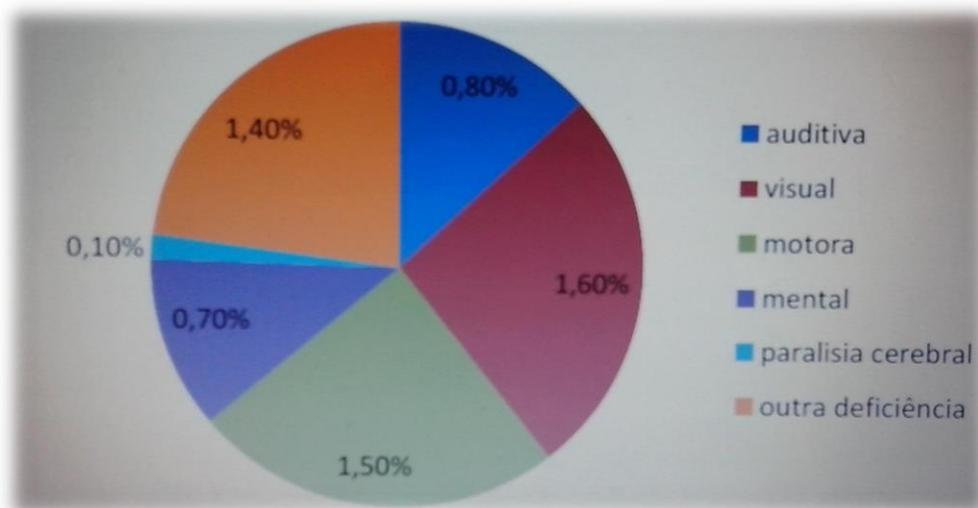


Gráfico 2 – População com e sem deficiência em Portugal, segundo o tipo de deficiência em 2001, INE, 2002. Retirado da Tese de Mestrado de Susana Maria Vasconcelos Mesquita; *A acessibilidade de Museus Europeus para Deficientes Visuais*, Universidade de Aveiro, 2011.

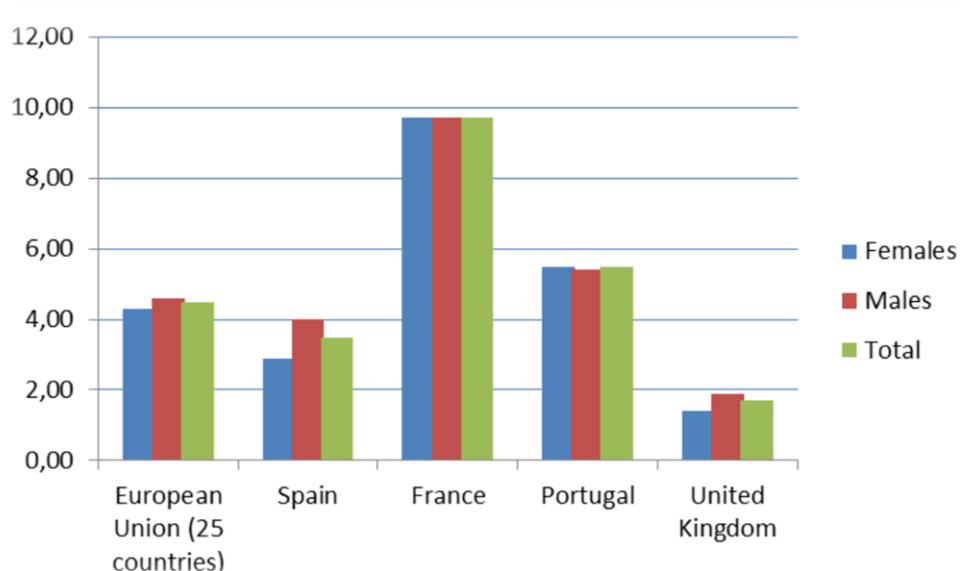


Gráfico 3 – Número de pessoas com deficiência visual na EU. Retirado da Tese de Mestrado de Susana Maria Vasconcelos Mesquita; *A acessibilidade de Museus Europeus para Deficientes Visuais*, Universidade de Aveiro, 2011.

Tabelas

<i>GEO/SEX</i>	<i>Females</i>	<i>Males</i>	<i>Total</i>
<i>European Union (25 countries)</i>	4,3	4,6	4,5
<i>Spain</i>	2,9	4,0	3,5
<i>France</i>	9,7	9,7	9,7
<i>Portugal</i>	5,5	5,4	5,5
<i>United Kingdom</i>	1,4	1,9	1,7

Tabela 2 – Número de pessoas com deficiência visual na EU, Retirado da Tese de Mestrado de Susana Maria Vasconcelos Mesquita; *A acessibilidade de Museus Europeus para Deficientes Visuais*, Universidade de Aveiro, 2011.

Proporção de edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas (%) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011); Decenal

Localização geográfica (à data dos Censos 2011)

		Período de referência dos dados	
		2011	
		%	
<i>Portugal</i>	PT		40,85
<i>Continente</i>	1		41,01
<i>Região Autónoma dos Açores</i>	2		40,44
<i>Região Autónoma da Madeira</i>	3		35,42

Tabela 2 – Proporção de edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas (%) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação.

Atualizado a 14 de janeiro de 2013. Consultado em www.ine.pt, 2016.

Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário, Tipo de dificuldade e Grau de dificuldade; Decenal

		Sexo												
		HM												
		Grupo etário												
		Total												
		Tipo de dificuldade												
<i>Período de referência dos dados</i>	<i>Local de residência (à data dos Censos 2011)</i>	Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender							
		Grau de dificuldade												
		Tem muita dificuldade em efectuar a acção	Não consegue efectuar a acção	Tem muita dificuldade em efectuar a acção	Não consegue efectuar a acção	Tem muita dificuldade em efectuar a acção	Não consegue efectuar a acção	Tem muita dificuldade em efectuar a acção	Não consegue efectuar a acção	Tem muita dificuldade em efectuar a acção	Não consegue efectuar a acção	Tem muita dificuldade em efectuar a acção	Não consegue efectuar a acção	
		Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	
<i>2011</i>	<i>Portugal</i>	P	892860	27659	506342	26860	875129	104871	552937	102440	323451	148106	331860	68029
	<i>Continente</i>	1	854100	26505	485944	25634	838550	99402	530633	97803	310609	141470	317891	64554
	<i>Região Autónoma dos Açores</i>	2	18383	533	9492	557	16680	2519	10661	1918	6240	2861	6243	1335
	<i>Região Autónoma</i>	3	20377	621	10906	669	19899	2950	11643	2719	6602	3775	7726	2140

Tabela 3 – Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário, Tipo de dificuldade e Grau de dificuldade; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação. Homens e Mulheres. Atualizado a 20 de novembro de 2012. Consultado em www.ine.pt, 2016.

Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário, Tipo de dificuldade e Grau de dificuldade; Decenal

		Sexo											
		H											
		Grupo etário											
		Total											
Período de referência dos dados	Local de residência (à data dos Censos 2011)	Tipo de dificuldade											
		Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender						
		Grau de dificuldade											
		Tem muita dificuldade em efectuar a ação	Não consegue efectuar a ação	Tem muita dificuldade em efectuar a ação	Não consegue efectuar a ação	Tem muita dificuldade em efectuar a ação	Não consegue efectuar a ação	Tem muita dificuldade em efectuar a ação	Não consegue efectuar a ação	Tem muita dificuldade em efectuar a ação	Não consegue efectuar a ação	Tem muita dificuldade em efectuar a ação	Não consegue efectuar a ação
		Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
2011	Portugal	31860	119	21860	114	29635	376	20553	388	11541	551	13987	270
	Continente	30501	114	20999	108	28393	357	19718	371	11080	528	13385	257
	Região Autónoma dos Açores	6731	219	4291	237	5840	873	4114	760	2283	1073	2800	524
	Região Autónoma da Madeira	6855	267	4316	301	6580	995	4239	938	2324	1312	3215	763

Tabela 4 – Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário, Tipo de dificuldade e Grau de dificuldade; Decenal - INE,

Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário, Tipo de dificuldade e Grau de dificuldade; Decenal

		Sexo													
		M													
		Grupo etário													
		Total													
		Tipo de dificuldade													
		Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender								
Grau de dificuldade															
Tem muita dificuldade em efectuar a acção	Não consegue efectuar a acção	Tem muita dificuldade em efectuar a acção	Não consegue efectuar a acção	Tem muita dificuldade em efectuar a acção	Não consegue efectuar a acção	Tem muita dificuldade em efectuar a acção	Não consegue efectuar a acção	Tem muita dificuldade em efectuar a acção	Não consegue efectuar a acção	Tem muita dificuldade em efectuar a acção	Não consegue efectuar a acção	Tem muita dificuldade em efectuar a acção	Não consegue efectuar a acção		
Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº		
Período de referência dos dados	Local de residência (à data dos Censos 2011)	Portugal	P	57426	156	28773	154	57877	672	34739	635	20803	929	19198	409
			T	0	97	9	30	9	64	8	89	5	10	9	62
2011	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma da Madeira	1	54908	150	27594	147	55462	636	33344	606	19980	886	18403	387
				6	29	8	42	0	63	7	50	0	59	5	74
			2	11652	314	5201	320	10840	164	6547	115	3957	178	3443	811
									6		8		8		
			3	13522	354	6590	368	13319	195	7404	178	4278	246	4511	137
									5		1		3		7

Tabela 5 – Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário, Tipo de dificuldade e Grau de dificuldade; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação. Mulheres. Atualizado a 20 de novembro de 2012. Consultado em www.ine.pt, 2016.

Grau de incapacidade atribuído (N.º) à população residente com deficiência por Local de residência (à data dos Censos 2001) e Escalão dos graus de deficiência; Decenal

		Período de referência dos dados					
		2001					
		Escalão dos graus de deficiência					
Local de residência (à data dos Censos 2001)	Total	Sem grau de deficiência atribuído	Tem grau de deficiência atribuído inferior a 30%	Tem grau de deficiência atribuído entre 30% e 59%	Tem grau de deficiência atribuído entre 60% e 80%	Tem grau de deficiência atribuído superior a 80%	
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
<i>Portugal</i>	P T	636059	341133	56103	63461	101518	73844
<i>Continente</i>	1	613762	329542	54231	60899	98132	70958
<i>Região Autónoma dos Açores</i>	2	10314	5721	720	1043	1663	1167
<i>Região Autónoma da Madeira</i>	3	11983	5870	1152	1519	1723	1719

Tabela 6 – Grau de incapacidade atribuído (N.º) à população residente com deficiência por Local de residência (à data dos Censos 2001) e Escalão dos graus de deficiência; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação.

Atualizado a 31 de maio de 2007. Consultado em www.ine.pt, 2016.

Anexos Fotográficos

Formas de visão¹³³



Imagem 1 – Visão normal.

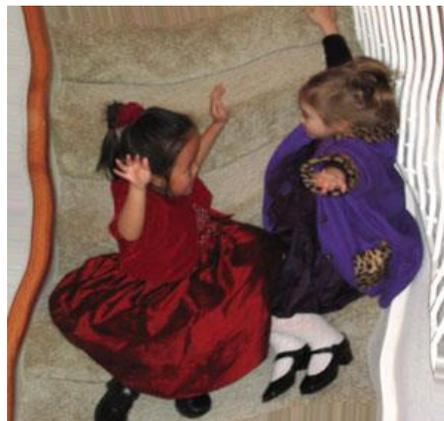


Imagem 2 – Perda da visão central.



Imagem 3 – Visão desfocada.

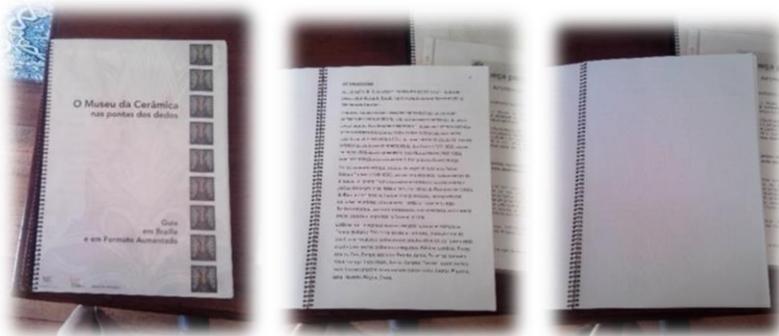


Imagem 4 – Perda dos contornos e contrastes.



Imagem 5 – Visão tubular.

¹³³ Imagens retiradas do livro de Ivone Coutinho Pina e Nácia Fernandes, *Aprender a Ver*, da Associação de Retinopatia de Portugal, Lisboa, janeiro de 2010.



Fotografia 2, 3 e 4 – Catalogo guia. Projecto o Museu da Cerâmica na Ponta dos Dedos. Museu da Caerâmica Caldas da Rainha.
Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 5 – Peças originais permitidas ao toque. Projecto o Museu da Cerâmica na Ponta dos Dedos. Museu da Caerâmica Caldas da Rainha.
Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 6– Replica táctil, Museu Nacional do Azulejo.
Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 7 – Computador interativo World of Discoveries, Porto.
Retirado de www.catarinacoelhosilva.com/2015/07/world-of-discoveries-museu-interativo.html.



Fotografia 8 – Exemplo de um Diagrama táctil, Museu Nacional do Azulejo.
Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 9– Aplicação áudioguia do Museu Nacional do Azulejo.
Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 10 – Visita guiada com grupo da ARP ao Museu Oriente, Lisboa.
Fotografia Ana Rita Bento.

Fotografias Museu Nacional do Azulejo



Fotografia 1 e 2 – Espaço exterior do Museu Nacional do Azulejo.
Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 3 – Entrada do Museu Nacional do Azulejo.
Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 4 – Balcão rebaixado da bilheteira.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 5 – Mapa do primeiro Museu Nacional do Azulejo.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 6 – Mapa do segundo piso do Museu Nacional do Azulejo.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 7 – Sinalização de relevo.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 8 – Escadaria e degraus.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 9 – Elevador.
Fotografia Ana Rita Bento.



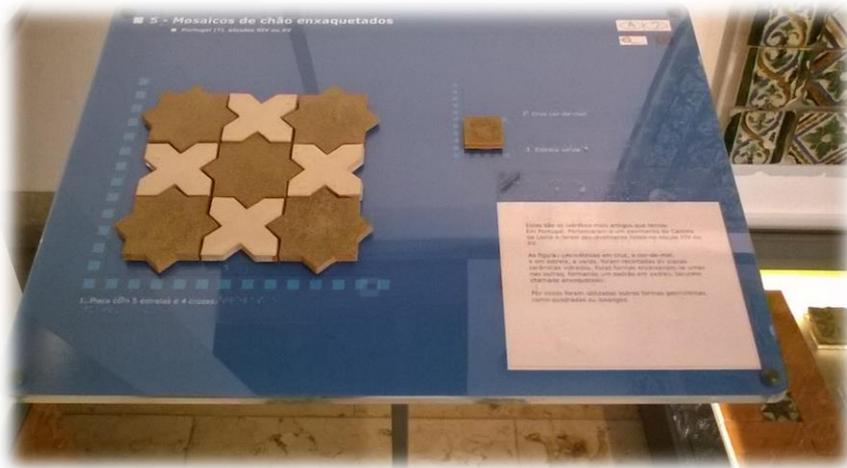
Fotografia 10 – Sinalética.
Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 11 – Textos de sala.
 Fotografia Ana Rita Bento.

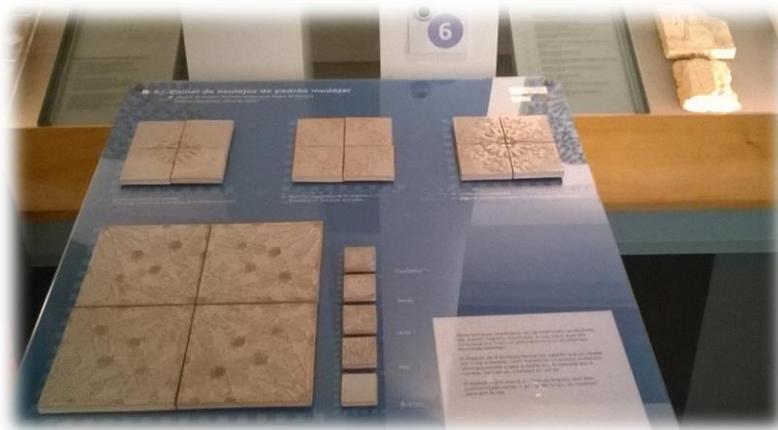


Fotografia 12 – Exemplo de legendas.
 Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 13 – Painel táctil “Mosaico de chão enxaquetados”.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 14 – Painel táctil “Painel de azulejos de padrão mudéja”.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 15 – Painel táctil “Azulejo com esfera armilar”.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 16 – Painel táctil “Painel de N.ª Sr.ª da Vida”.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 17 – Obra original e painel táctil “Padrão ponta de diamante”.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 18 – Painel táctil “Padrão de camélia”.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 19 – Painel tátil “Frontal de altar”.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 20 – Painel tátil “Registo de N.ª Sr.ª do Carmo”.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 21 – Painel tátil “Azulejo de padrão pombalino”.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 22 – Painel táctil “Padrão com gafanhotos”.
Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 23 – Obra e painel táctil “Labirinto”.
Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 24 – Painel táctil “Painel de azulejos enxaquetados”.
Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 25 – Painel tátil “Painel da Vista de Lisboa”.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 26 – Painel tátil “Cozinha de fumeiro”.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 27 – Replica em madeira da Igreja Madre Deus, Lisboa.

Fotografia Ana Rita Bento.



Fotografia 28 – Igreja Madre Deus, Lisboa.

Fotografia Ana Rita Bento.

Fotografias Palácio Nacional da Ajuda



Fotografia 1 – Entrada do Palácio Nacional da Ajuda.

Fotografia Ana Rita Bento



Fotografia 2 – Escadas de acesso ao Piso Nobre.

Fotografia Ana Rita Bento



Fotografia 3 – Escadas de acesso a receção.

Fotografia Ana Rita Bento



Fotografias 4 e 5 – Degraus e ressaltos ao longo do percurso.

Fotografia Ana Rita Bento



Fotografia 6 – Elevador.
Fotografia Ana Rita Bento



Fotografia 7 – Rampa.
Fotografia Ana Rita Bento



Fotografia 8 – Sinalização de relevo.

Fotografia Ana Rita Bento



Fotografia 9 – Sinalética.

Fotografia Ana Rita Bento



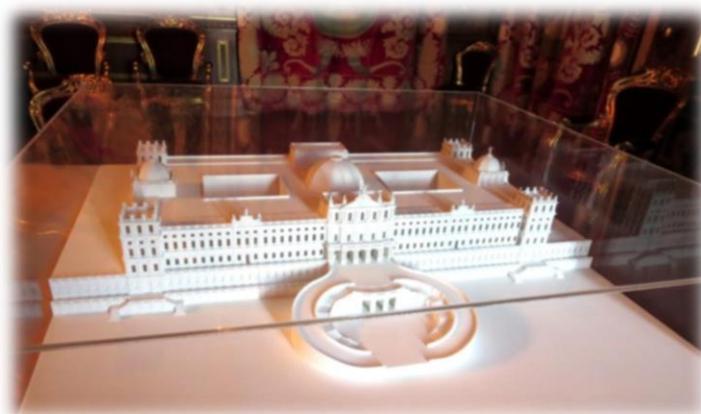
Fotografia 10 – Divisórias de salas.

Fotografia Ana Rita Bento



Fotografias 15 e 16 – Legendas - “Por favor não tocar/Please don’t touch” e “Por favor não sentar/Please do not sit”

Fotografia Ana Rita Bento



Fotografia 17 – Maquete do projeto do Paço da Ajuda, dos arquitetos Costa Silva e Francisco Xavier, cerca de 1802.

Fotografia Ana Rita Bento



Fotografia 18 – Sala Capela D.^a Maria Pia

Fotografia Ana Rita Bento



Fotografia 19 – Legendas da sala Capela D.ª Maria Pia
Fotografia Ana Rita Bento



Fotografia 20 – Sala do Trono
Fotografia Ana Rita Bento



Fotografia 21 – Sala de Mármore

Fotografia Ana Rita Bento